



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03|março 2012



**Gabinete de Estratégia e Estudos**  
Ministério da Economia e do Emprego

## **GPEARI**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Março de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de março.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Índice

<hr/>	
<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>31</b>
<hr/>	
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>39</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* Em janeiro de 2012, a produção industrial mundial abrandou ligeiramente para 3,6% em termos homólogos (3,7% em dezembro de 2011), devido à desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento, especialmente dos países asiáticos. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou, tendência que abrangeu os EUA, Japão e a área do euro. Já em relação ao comércio mundial de mercadorias, este apresentou um crescimento mais forte, causado sobretudo pelo reforço das exportações mundiais, as quais tiveram uma melhoria mais acentuada nas economias avançadas, atingido especialmente os EUA e o Japão. Relativamente às importações, a maior aceleração deu-se nos países emergentes, com exceção da Ásia; enquanto as importações de bens provenientes da área do euro continuaram a diminuir, associadas à fraqueza da procura interna.
- \* Os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente até meados de março de 2012, traduzindo, em parte, a divulgação de indicadores macroeconómicos mais favoráveis do que o esperado para os EUA e refletindo as expectativas quanto à obtenção de uma solução duradoura para a crise da dívida soberana na área do euro. Os índices bolsistas do sector bancário foram particularmente beneficiados pela cedência de liquidez do BCE às instituições de crédito, em finais de fevereiro, contribuindo para a melhoria das condições de financiamento dos bancos. Após a participação dos credores privados na oferta de troca de dívida por parte das autoridades gregas, foi aprovado, em meados de março, o segundo programa de assistência internacional à Grécia. No mês de março, assistiu-se a uma ligeira depreciação do euro face ao dólar (1,32 no dia 22), devido, em parte, à continuação da perceção negativa da sustentabilidade das finanças públicas em alguns estados-membros da área do euro (1,34 no final de fevereiro de 2012).
- \* Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2012 indiciam a continuação da expansão económica em resultado sobretudo do forte crescimento da produção industrial e das vendas a retalho e, uma melhoria do mercado de habitação e do mercado de trabalho. Também, os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários, especialmente dos serviços, evoluíram favoravelmente no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2012. Nesse período, a taxa de desemprego desceu para 8,3% (8,7% no 4.º trimestre de 2011) e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 2,9% (3,3% no 4.º trimestre de 2011).
- \* No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2012, o indicador de sentimento económico subiu tanto na UE como na AE, em resultado da melhoria da generalidade dos indicadores de confiança, com exceção do comércio a retalho. Os indicadores quantitativos para a área do euro em janeiro de 2012, indicam a continuação da diminuição da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações, apesar de terem desacelerado, mantiveram um forte crescimento. Em janeiro de 2012, a taxa de desemprego aumentou tanto na AE como na UE, para 10,7% e em 10,1%, respetivamente (10,6% e 10% em dezembro de 2011). Em fevereiro de 2012, a taxa de inflação homóloga da AE, manteve-se em 2,7% e subiu para 2,8% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,7% nos últimos 3 meses).
- \* Em março de 2012 e, até ao dia 22, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, mas a descida foi muito mais acentuada para o primeiro caso. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,86% (1,05%, em fevereiro) e a dos EUA em 0,47% (0,50%, em fevereiro).
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* subiu em março, tendo a média do preço do Brent, até ao dia 22 deste mês, registado o valor de 124 USD/bbl (94€/bbl), tendo este movimento ascendente estado relacionado, em parte, com os receios de perturbações do lado da oferta provocadas pelas tensões geopolíticas em torno do Irão.

## Conjuntura Nacional

- \* De acordo com a estimativa rápida do INE o PIB contraiu 2,8% em termos reais no 4.º trimestre, motivando uma quebra anual de 1,6%.
- \* O indicador da atividade económica do INE recuperou marginalmente em Fevereiro face ao mês anterior, com o indicador do consumo privado e o indicador da FBCF a apresentar igualmente ligeiras melhorias.
- \* O indicador de clima económico do INE manteve a tendência descendente em fevereiro com novo agravamento.
- \* Os fluxos de comércio internacional, em janeiro, registaram um crescimento quer das exportações quer das importações portuguesas (13,1% e 3,8% respetivamente), recuperando face ao mês anterior.
- \* Em fevereiro de 2012 registou-se uma ligeira aceleração do Índice de Preços do Consumidor (IPC), com uma variação homóloga de 3,6%, 0,1 p.p. superior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses aumentou 0,1 p.p. para os 3,7%.
- \* Até fevereiro, o saldo global provisório das Administrações Públicas incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real na Administração Local, na ótica da contabilidade pública, foi de 589,1 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o saldo foi de 466,1 milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de cerca de 444,1 milhões de euros face a idêntico período de 2011. Este resultado reflete, no essencial, o comportamento do défice global do Estado, o qual aumentou em 425,0 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 798,6 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo as EPR, registaram um excedente de 835,0 milhões de euros, mais 102,2 milhões de euros que face ao mesmo período do ano anterior. O excedente de execução orçamental da Segurança Social foi de 413,4 milhões de euros, menos 67,8 milhões de euros do que o registado em fevereiro de 2011. A Administração Regional diminuiu o excedente orçamental em 53,5 milhões de euros, para 16,2 milhões de euros.
- \* A Administração Local, considerando o universo comparável, registou, neste período, um saldo provisório da execução orçamental de 32,9 milhões de euros, o que corresponde a um agravamento de 5,2 milhões de euros relativamente ao mês anterior.
- \* A execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS), até fevereiro, resultou num défice de 21,9 milhões de euros, que compara com um excedente de 45,4 milhões de euros no período homólogo.

## Comércio Internacional

- \* De acordo com os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados<sup>1</sup>, as exportações de mercadorias registaram um crescimento homólogo de 13,1% relativamente a janeiro de 2011, enquanto as importações de mercadorias cresceram 3,8%. O défice da balança comercial (fob-cif) recuperou 18,1%, equivalente a 242 milhões de euros, e a taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 76,4%, o que representa um acréscimo de 6,3 p.p. face a janeiro do ano passado.
- \* Em janeiro de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, *excluindo os produtos energéticos*, foi inferior ao crescimento das exportações totais (10%). As importações decresceram 5,3%, levando a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 77,9%.

<sup>1</sup> Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de janeiro de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar e, tratando-se de um curto período do ano, a sua análise merece alguma prudência. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar (revista) face aos dados previamente apresentados.

- \* No *último ano a terminar em janeiro de 2012*, todos os grupos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (14,6%), evidenciando-se o contributo do “Material de Transporte” (+2,7 p.p.). No mês de *janeiro*, a tendência manteve-se, com exceção dos “Químicos” (-0,1 p.p.). Destaca-se o contributo positivo dos grupos de produtos “Energéticos” (+3,6 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,7 p.p.).
- \* Em janeiro de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram em termos homólogos 5,9%, e contribuíram em 4,6 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 5,5% e as exportações para os países do Alargamento de 17,8%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 4,1 p.p. e 0,5 p.p.. Espanha mantém a sua posição como principal mercado de destino das exportações de mercadorias, representando 22,6% do total. As exportações para a França (+1,7 p.p.) e para Alemanha (+1,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações do mês. As exportações de mercadorias para a França cresceram, em termos homólogos, 12,7%, e as exportações para o Reino Unido 6,8%.
- \* As **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE (37,9%) relativamente a janeiro de 2011. Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+208%), Estados Unidos da América (+92,4%) e Marrocos (+75,6%).
- \* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de **dezembro** de 2011, as **exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo anual de 13,3% em 2011. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior à dos Serviços (15,4% e 9%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+10,4 p.p.). As Importações de Bens e Serviços mantiveram uma taxa de variação homóloga positiva inferior (1,9%), sendo a componente de Bens (+1 p.p.) a que mais contribuiu para este comportamento.

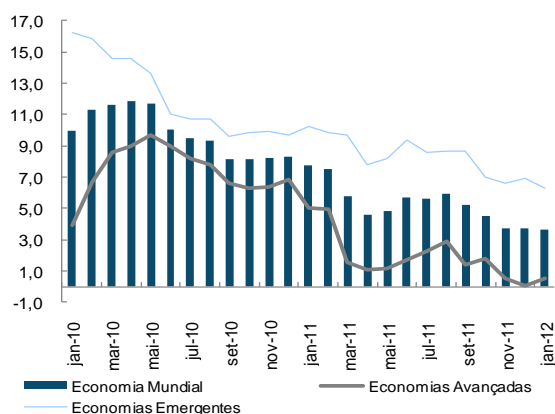


## 1. Enquadramento Internacional

### Atividade Económica Mundial

No mês de janeiro de 2012, a produção industrial mundial abrandou ligeiramente para 3,6% em termos homólogos (3,7% em dezembro de 2011), devido à desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento, especialmente dos países asiáticos. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou, tendência que abrangeu os EUA, Japão e área do euro (mantendo, no entanto, uma variação negativa para estes dois últimos países).

**Figura 1.1. Produção Industrial**  
(VH, em %)



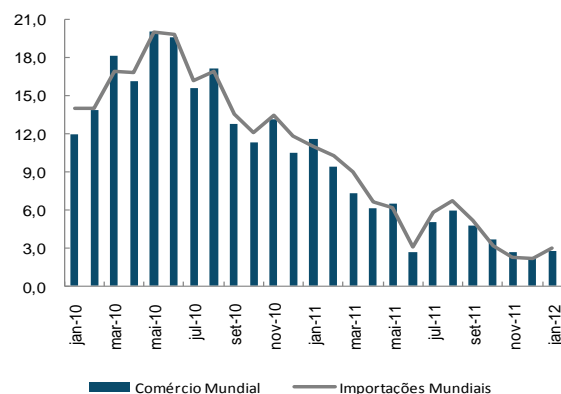
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias acelerou, causado sobretudo pelo reforço do crescimento das exportações mundiais.

De facto, em janeiro de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 2,7% (2,2% em dezembro de 2011);
- as exportações e importações mundiais aceleraram para 3% e 2,5%, respetivamente (2,1% e 2,3%, em dezembro de 2011).

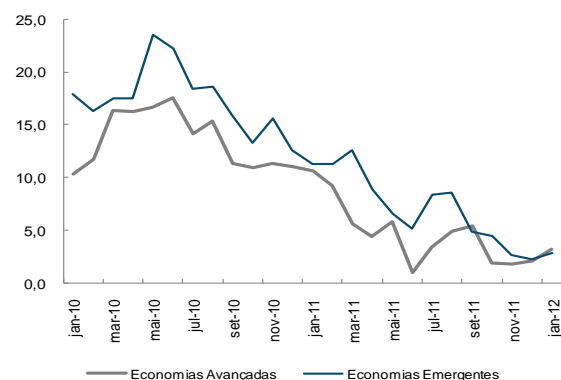
**Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

As exportações mundiais aceleraram tanto nas economias avançadas como emergentes, embora esta melhoria tenha sido mais acentuada para o primeiro grupo de países, atingindo especialmente os EUA e o Japão. Já em relação às importações mundiais, foram sobretudo os países emergentes que mais contribuíram para a sua aceleração, excetuando a Ásia. Convém igualmente assinalar que continuou a assistir-se a uma deterioração das importações provenientes da área do euro, tendo estas registado uma quebra de 3,7% em termos homólogos (-3,2% em dezembro), associadas, em parte, à fraqueza da procura interna.

**Figura 1.3. Exportações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

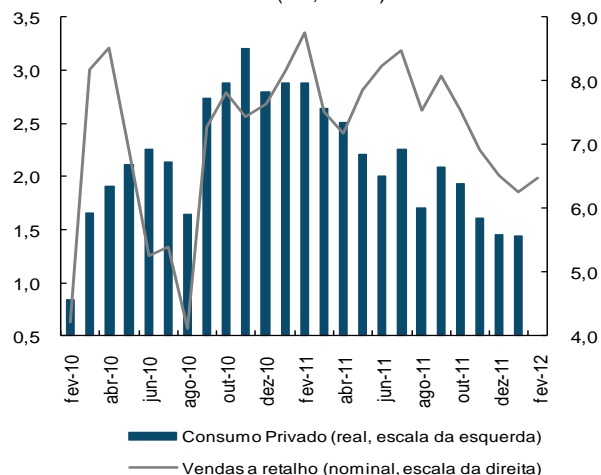
### Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010					2011			2012
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	8,2	7,0	5,0	5,6	4,0	4,5	3,7	3,7	3,6
Economias Avançadas	VH	CPB	2,0	6,5	3,8	1,3	2,2	0,8	1,8	0,5	0,0	0,6
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	9,8	9,9	8,4	8,6	6,8	7,0	6,6	6,9	6,3
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,6	11,6	9,4	5,1	5,2	2,8	3,6	2,7	2,2	2,7
Importações Mundiais	VH	CPB	5,3	10,8	8,7	4,9	4,6	3,2	4,2	3,2	2,3	2,5
Economias Avançadas	VH	CPB	3,2	9,2	7,5	2,5	2,2	0,8	1,8	0,3	0,4	0,5
Economias Emergentes	VH	CPB	7,6	12,5	10,1	7,4	7,2	5,7	6,7	6,3	4,2	4,5
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,8	12,4	10,0	5,3	5,9	2,5	3,1	2,2	2,1	3,0
Economias Avançadas	VH	CPB	4,6	11,1	8,4	3,7	4,6	1,9	1,8	1,8	2,1	3,2
Economias Emergentes	VH	CPB	7,1	13,8	11,7	6,8	7,2	3,1	4,4	2,7	2,2	2,9

### Atividade Económica Extra-UE

Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2012 indiciam a continuação da expansão económica, com destaque para um forte crescimento da produção industrial e das vendas a retalho e, uma melhoria do mercado de habitação e do mercado de trabalho.

**Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**



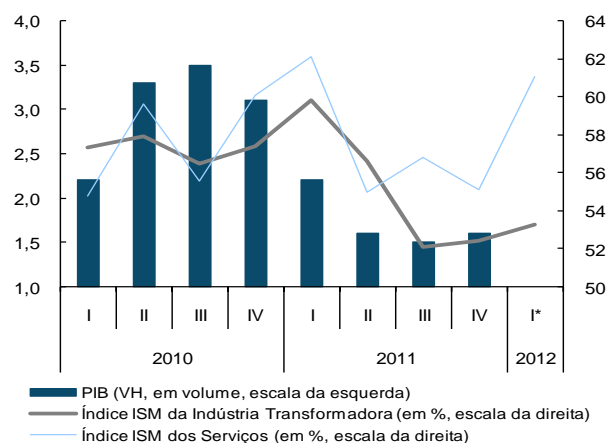
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Com efeito, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho aumentaram 6,4% em termos nominais (7% no 4.º trimestre de 2011) e o indicador de confiança dos consumidores teve uma subida significativa;
- a produção industrial manteve um crescimento de 3,8% e os indicadores de confiança dos empresários evoluíram favoravelmente, especialmente o dos serviços;
- a taxa de desemprego desceu para 8,3% e a taxa de inflação diminuiu para 2,9% (3,3% no 4.º trimestre de 2011).

Em janeiro de 2012 e em comparação homóloga, o consumo privado abrandou para 1,4% em termos reais (1,5% em dezembro de 2011) e as exportações desaceleraram para 7,7% em termos nominais (8,7% em dezembro).

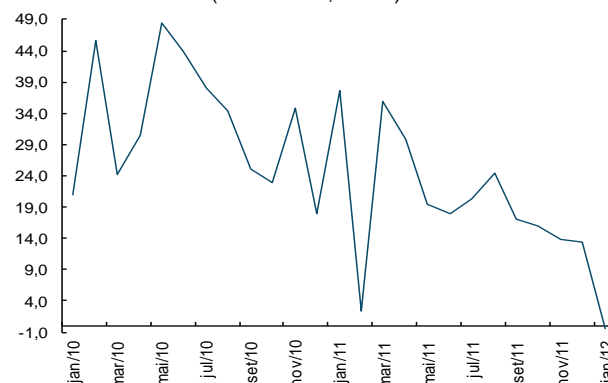
**Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**



Fonte: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. \* Média de janeiro e fevereiro.

Os indicadores disponíveis para a **China**, sugerem um abrandamento da atividade económica afetando tanto a procura interna como as exportações. De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e, em termos homólogos, a produção industrial desacelerou para 11,4% (12,8% no 4.º trimestre de 2011); as vendas a retalho abrandaram para 14,7% (17,5% no 4.º trimestre de 2011) e as exportações caíram ligeiramente em janeiro. A taxa de inflação homóloga diminuiu para 3,9% no conjunto dos dois primeiros meses de 2012 (4,6% no 4.º trimestre de 2011).

**Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística da China.

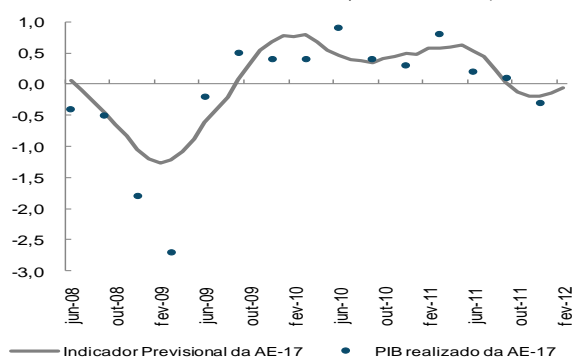
**Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010					2011		2012	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	3,0	3,1	2,2	1,6	1,5	1,6	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,2	6,2	5,4	3,8	3,7	3,8	3,8	3,5	3,7	4,0
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	57,4	59,8	56,6	52,1	52,4	52,2	53,1	54,1	52,4
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	60,1	62,1	55,0	56,8	55,1	56,1	55,9	59,5	62,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	71,3	73,1	71,9	59,6	65,0	64,1	69,9	75,0	75,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,6	9,0	9,0	9,1	8,7	8,7	8,5	8,3	8,3
China – PIB real	VH	NBSC	9,2	9,8	9,7	9,5	9,1	8,9	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	25,2	25,3	22,4	20,7	14,4	13,8	13,4	-0,5	-
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	3,2	-0,1	-1,7	-0,5	-0,6	-	-	-	-

## Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2012, assistiu-se a uma ligeira melhoria do indicador de sentimento económico tanto da União Europeia (UE) como da área do euro (AE), em resultado da subida da generalidade dos indicadores de confiança, com exceção do comércio a retalho, o qual se deteriorou face ao 4.º trimestre de 2011. Consoante o indicador previsional do Banco de Itália, o PIB da AE deve manter uma variação negativa no 1.º trimestre de 2012 (-0,3% no 4.º trimestre de 2011), no entanto, menos negativo do que o anteriormente estimado.

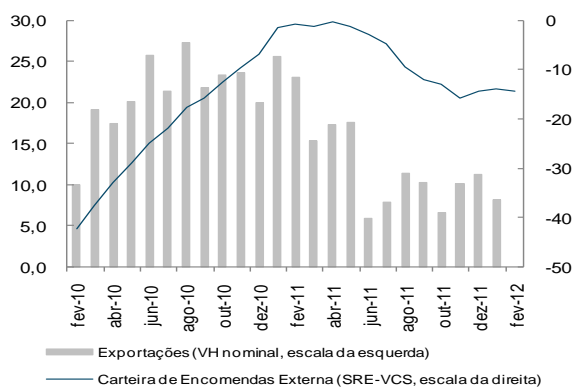
**Figura 1.7. Indicador Mensal da Área do Euro (€ Coin) e PIB Trimestral da AE-17 (VC real, em %)**



Fontes: Banco de Itália; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para área do euro em janeiro de 2012, indicam a continuação de uma diminuição da produção industrial e das vendas a retalho; enquanto as exportações, apesar de desacelerarem, mantiveram um forte crescimento.

**Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

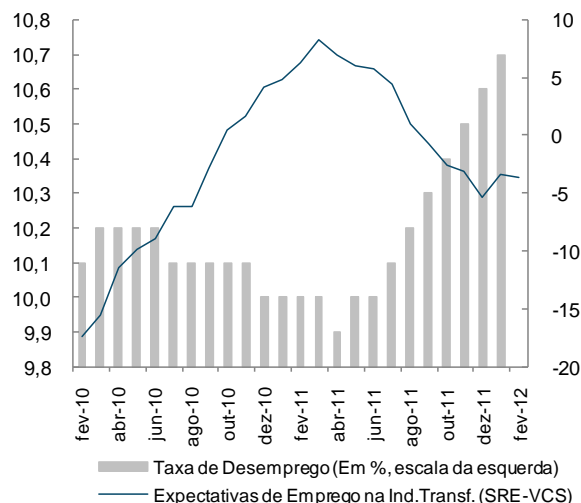
**Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010	2011					2011		2012	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	2,2	2,4	1,6	1,4	0,9	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	104,8	106,4	104,6	97,5	92,6	92,6	91,6	92,8	93,9	
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,4	2,0	2,4	1,6	1,3	0,7	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	105,3	106,9	105,2	98,4	93,6	93,5	92,8	93,4	94,4	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,6	8,1	6,8	3,9	3,9	0,0	0,2	-1,5	-1,0	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,5	0,7	0,2	-0,5	-0,7	-1,2	-1,2	-1,4	-1,4	:	
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	10,1	10,0	10,0	10,2	10,5	10,5	10,6	10,7	:	
IHPC	VH	"	2,7	2,0	2,5	2,8	2,7	2,9	3,0	2,7	2,7	2,7	

Em janeiro de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na AE como na UE, para 10,7% e 10,1%, respetivamente (10,6% e 10%, em dezembro de 2011).

Em fevereiro de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para a generalidade dos sectores, com exceção da construção.

**Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2012, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 2,7% e subiu para 2,8% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,7% nos últimos 3 meses).

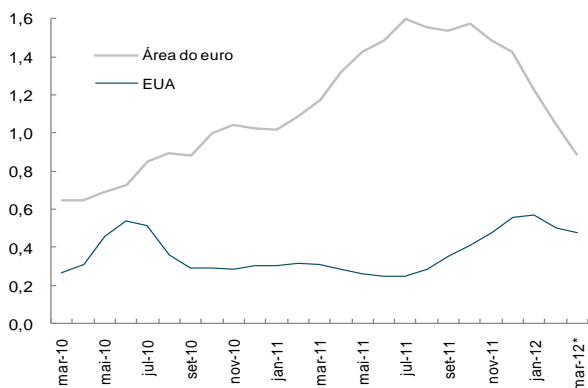
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram no 4.º trimestre de 2011 para 2,8% em termos homólogos nominais (2,6% no 3.º trimestre), com destaque para a aceleração na Alemanha, Itália e França.

No 4.º trimestre de 2011, o emprego total da economia diminuiu 0,2% em termos homólogos na AE, comparado com um aumento de 0,2% no 3.º trimestre, acompanhando de um abrandamento da produtividade, a qual aumentou 0,9 p.p. (1,1 p.p. no 3.º trimestre).

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2012 e até ao dia 21, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, destacando-se uma descida muito mais acentuada para o primeiro caso. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,86% (1,05%, em fevereiro) e a dos EUA em 0,47% (0,50%, em fevereiro).

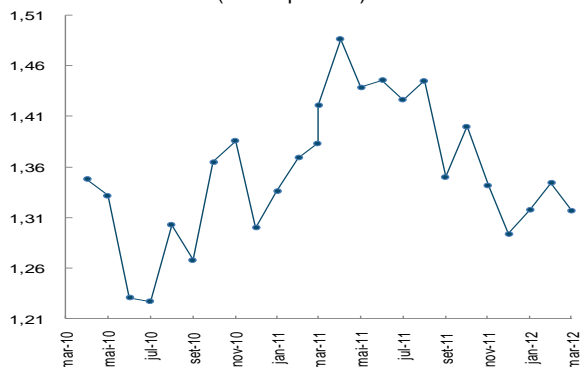
**Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)**



Fonte: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 22.

Em fevereiro de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram na área do euro, refletindo as iniciativas positivas para a resolução da crise da dívida soberana: a constituição de um “pacto orçamental”; a antecipação do mecanismo de crises permanente da AE e o acordo sobre um novo programa de ajustamento multilateral para a Grécia, incluindo a reestruturação da sua dívida.

**Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**

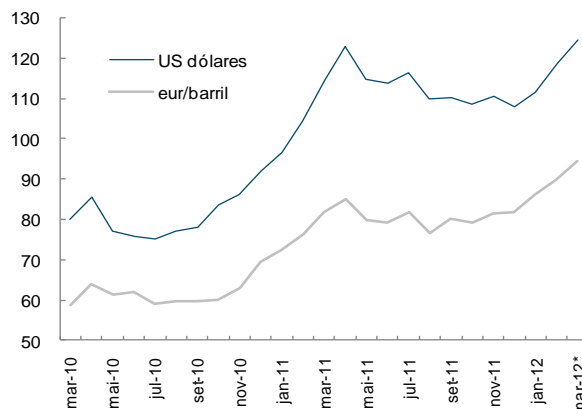


Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 22.

Após uma apreciação em fevereiro, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se ligeiramente em março, situando-se em 1,32 no dia 22 (1,34 no final do mês de fevereiro). Para esta evolução, tem contribuído, em parte, a continuação da perceção negativa da sustentabilidade das finanças públicas em alguns estados-membros da área do euro.

Em fevereiro de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 88,7 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em março de 2012, e até dia 22, o preço do petróleo Brent tornou a aumentar para se situar, em média, em 124 USD/bbl (94 €/bbl), tendo este movimento ascendente estado principalmente associado à intensificação das tensões entre o Irão e o Ocidente, incluindo o acordo alcançado em torno de um embargo da UE às importações de petróleo deste país.

**Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)**



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 22.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas tornou a desacelerar, tendo diminuído 14% em termos homólogos (-6% no 4.º trimestre de 2011), abrangendo a globalidade dos produtos, especialmente os agrícolas e alimentares e bebidas.

### Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2010					2011		2012	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,01	1,23	1,55	1,55	1,36	1,47	1,36	1,13	0,98
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	2,86	3,46	3,21	2,43	2,05	2,01	1,98	1,97	1,97
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	3,74	4,32	4,51	4,30	4,53	4,69	4,63	4,65	4,45
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,336	1,421	1,445	1,350	1,294	1,342	1,294	1,32	1,34
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	7,3	6,4	0,8	-12,1	12,0	0,8	1,4	3,4	2,5
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	1,6	4,2	-2,1	-23,5	6,3	-2,3	-0,6	4,3	3,9
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	87,23	105,15	117,04	112,18	108,94	110,46	107,86	111,52	118,74
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	15,5	36,2	47,2	45,9	24,9	28,2	17,4	15,4	13,9
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	25,8	37,7	30,2	33,4	25,8	29,15	17,78	19,42	17,56
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,6	66,9	74,1	82,9	78,2	81,1	82,5	82,7	83,0	88,7

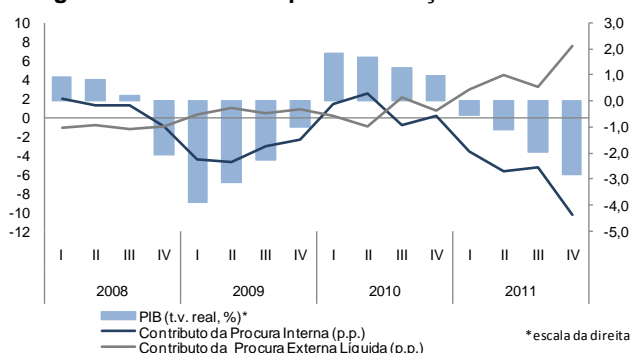
\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do 4.º trimestre de 2011 divulgadas pelo INE apontam para um contração real do PIB de 2,8% em termos homólogos, fortemente influenciado pelo contributo da procura interna, que se agravou face ao 3º trimestre (-10,3 p.p. contra -5,3 p.p. do trimestre anterior), não compensado pelo forte contributo positivo das exportações líquidas (+7,5 p.p. que compara com +3,3 p.p. no trimestre precedente).

**Figura 2.1. Contributo para a Variação real do PIB**



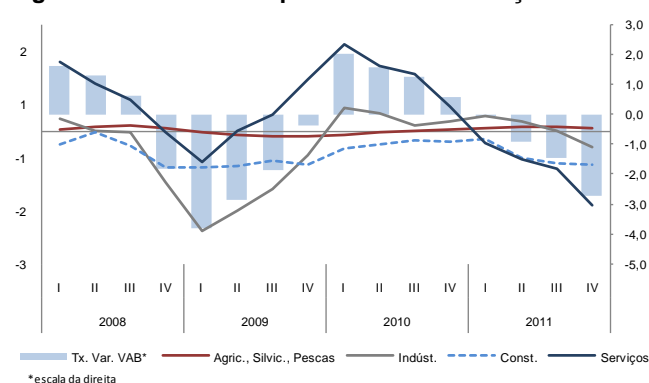
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de janeiro mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção aumentou 0,7% (-5,5% no mês anterior) e o índice de volume de negócios cresceu 2,4%, (mais 7,2 p.p. do que no mês precedente);
- o índice de produção na construção e obras públicas continua em quebra (-9.1%);
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras face ao período homólogo de 6,9% e 6,6% respetivamente (-6% e -15,5% em dezembro).

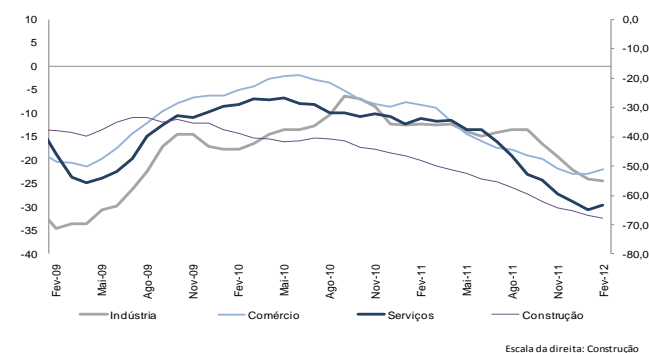
Em 2011, a quebra no VAB dos serviços foi o que mais contribuiu para a evolução do VAB (-0,7% contra 1,1% em 2010). A construção manteve um contributo negativo, mais intenso do que no ano anterior (-0,5 p.p. face a -0,2 p.p. em 2010). A indústria teve um contributo nulo ao longo do ano (0,3 no ano anterior), enquanto a agricultura e silvicultura apresentaram um contributo marginalmente positivo.

**Figura 2.2. Contributos para a Taxa de Variação do VAB**



No mês de fevereiro todos os indicadores de confiança atenuaram a sua tendência de quebra, registando ligeiras subidas face ao mês anterior, com exceção ao da construção a atingir mais uma vez um novo mínimo, nos -69,4.

**Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)**



Fonte: INE.

**Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta**

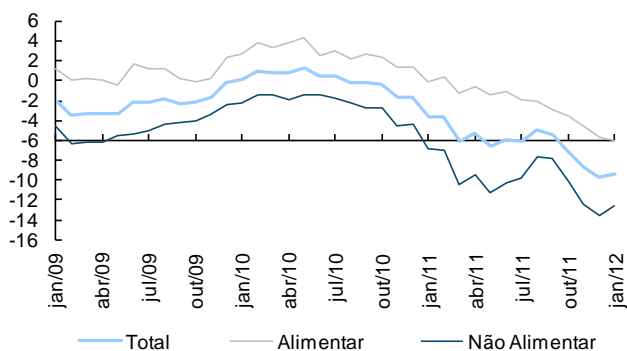
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2011		2012	
				1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,6	-0,6	-1,1	-1,9	-2,8	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-1,8	-2,5	-3,1	-4,4	-3,9	-4,4	-4,7	-4,9
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-12,4	-14,8	-13,5	-22,0	-21,6	-25,9	-24,8	-22,7
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,7	-8,8	-15,9	-19,0	-23,0	-23,7	-23,1	-21,9	-20,8
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-11,6	-13,5	-23,0	-28,9	-32,2	-29,8	-29,9	-29,0
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-49,9	-54,4	-59,6	-65,1	-67,0	-65,3	-68,2	-69,4
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,5	0,5	0,2	-0,8	-4,0	-3,6	-5,5	0,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	7,4	10,1	8,1	4,7	0,2	3,1	-4,8	2,4	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	-3,4	-6,3	-6,0	-12,2	-12,0	-15,5	-6,9	:

**Consumo Privado**

No 4.º trimestre ano de 2011 registou-se um crescimento homólogo negativo de 6,5% (- 3,1 p.p. face ao registado no 3.º trimestre). Todas as componentes do consumo privado contribuíram para este comportamento, destacando-se a evolução muito negativa dos bens duradouros.

No trimestre terminado em janeiro de 2012, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR), apresentou um decréscimo de 9,4% em termos homólogos, 0,4 p.p. menor que em dezembro.

**Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**



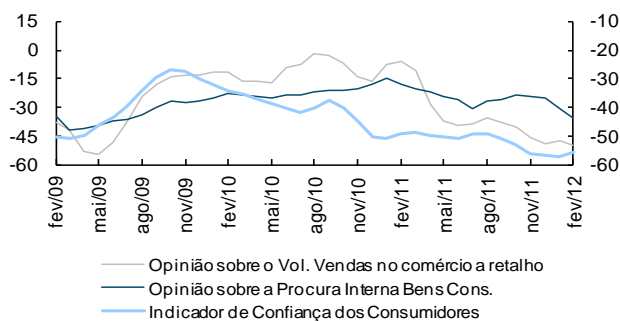
Fonte: INE.

A confiança dos empresários no comércio a retalho apresentou novamente uma deterioração em fevereiro, o que significa o regresso de um maior pessimismo dos empresários sobre a sua atividade face à apresentada em janeiro. O perfil descendente que se vinha verificando na média móvel a 3 meses que tinha sido esporadicamente invertido em janeiro regressa como de tendência dos últimos meses.

No que diz respeito ao sentimento dos empresários sobre a procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria, observou-se no mês de fevereiro novamente o seu agravamento traduzido na diminuição da média móvel dos últimos três meses tal como aconteceu já no mês anterior. Fevereiro, foi um mês em que a confiança dos empresários diminui de uma forma generalizada.

O indicador de confiança dos consumidores, medida pela média móvel dos últimos três meses, registou em fevereiro uma ténue melhoria face ao mês anterior. Dito de outro modo, o otimismo dos consumidores em relação à atividade económica e a propensão para consumir aumentou ligeiramente.

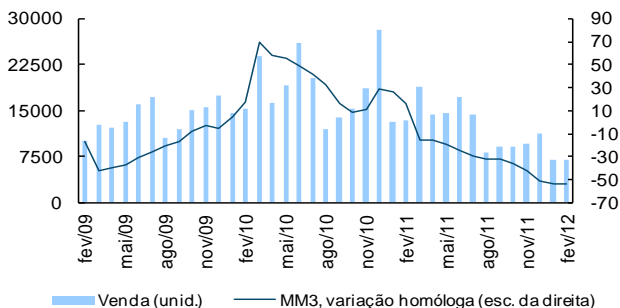
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em fevereiro, as vendas de veículos automóveis totalizaram os 6 932 veículos, menos 6 494 unidades vendidas que o mês homólogo do ano anterior. Em termos percentuais, isto significou uma quebra de 48,4%. Tal como já tinha já acontecido em janeiro, fevereiro fica marcado pelo valor mais baixo de vendas de veículos automóveis desde janeiro de 1998.

**Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**



Fonte: ACAP.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

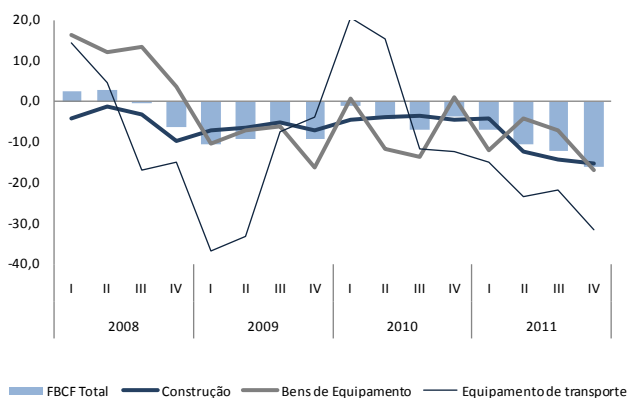
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2011		2012	
				1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-3,9	-2,3	-3,3	-3,3	-6,5	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-48	-51	-51	-56,8	-58	-56	-57	-54
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-11	-39	-38	-48,7	-49	-52	-41	-55
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-6,1	-5,9	-5,5	-9,7	-9,2	-10,3	-8,5	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-1,2	-1,1	-2,9	-5,7	-5,6	-6,5	-5,8	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-10,4	-10,2	-7,9	-13,6	-12,6	-13,9	-11,0	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-15,2	-24,7	-31,5	-51,9	-48,8	-60,1	-47,4	-48,4
Importação de Bens de Consumo ***	VH	INE	-2,1	2,6	-2,7	-0,8	-7,1	-6,5	-5,9	-0,1	-

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

## Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no ano de 2011 a FBCF registou uma quebra de 14%. Esse comportamento resultou de uma deterioração generalizada de todas as componentes, com destaque para a construção (desceu 7,3 p.p. face a 2010). No 4.º trimestre do ano a FBCF também registou uma quebra mais intensa do que no trimestre precedente (-16,1% e -12,1%, respetivamente), mais uma vez devida a quebras de investimento em todas as componentes.

**Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo**  
(VH, ano de referência 2006)

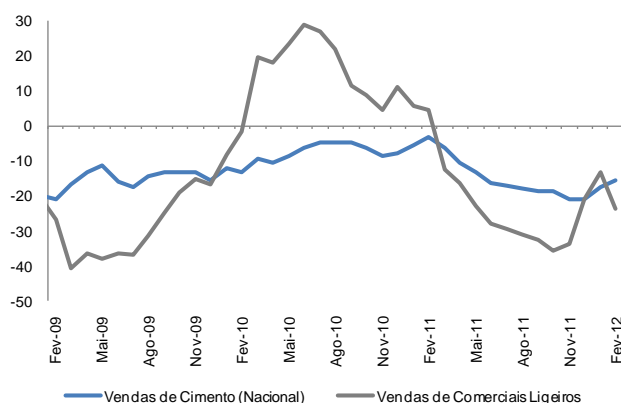


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para o mês de fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

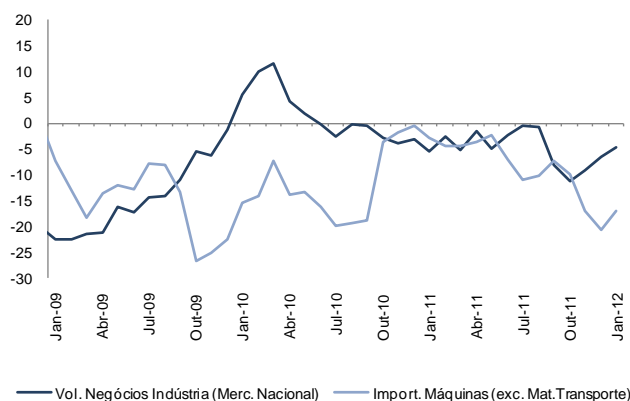
- as vendas de cimento apresentam uma quebra de 19,4% (-8,2% no mês anterior);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros desceram 69,9% (-14,1% no mês anterior);
- a opinião dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, continua negativa, mas tem vindo a melhorar estando neste mês no -47,9 (+1,1 p.p. face ao mês anterior).

**Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma quebra de 17,1% (3,7% acima do valor observado no 4.º trimestre de 2011). As licenças de construção de fogos apresentam uma quebra de 23,7% face ao período homólogo (no mês anterior atingiu os -40,8%), enquanto o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional abrandou a queda (-3,2% contra -10,2% do mês anterior).

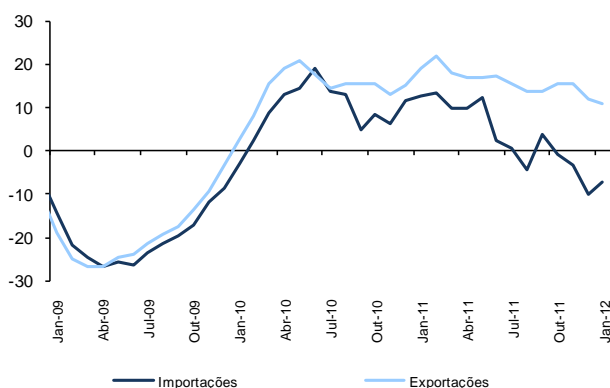
**Quadro 2.3 Indicadores de Investimento**

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2011		2012	
				1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-14,0	-6,1	-12,3	-13,6	-24,3	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,4	-7,1	-10,5	-12,1	-16,1	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-3,9	-10,4	-12,2	-14,6	-13,9	-14,6	-13,4	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-6,1	-16,3	-18,6	-18,5	-23,6	-19,1	-8,2	-19,4
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-12,5	-28,1	-32,7	-35,8	-25,9	-4,2	-14,1	-69,6
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	34,6	-0,5	-41,0	-25,9	-60,9	-68,9	-37,6	-65,0
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-21,9	-43,6	-45,9	-48,1	-68,3	-50,9	-49,0	-47,9
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-32,0	-24,6	-38,6	-30,5	-34,2	-40,6	-40,8	-23,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,9	-4,5	-7,1	-7,3	-20,7	-20,5	-22,5	-5,3	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-5,9	-5,2	-2,2	-8,1	-6,5	1,1	-10,2	-3,2	:

## Contas Externas

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, assistiu-se em 2011 a um crescimento real das exportações de 7,4% e a uma quebra das importações de -5,5% (em 2010 tinha-se observado 8,8% e 5,4% respetivamente), que se traduziu num contributo positivo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB em 4,6 p.p. (0,5 p.p. no ano anterior). No 4.º trimestre de 2011 as exportações cresceram 5,8% em termos homólogos (menos 0,9 p.p. face ao valor do 3.º trimestre), e as importações decresceram de forma significativa (-13,5% face a -2,7% do 3.º trimestre).

**Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional**  
(VH, MM3, %)

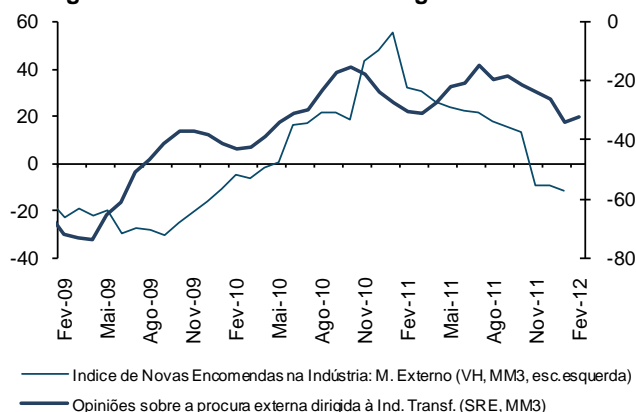


Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro os fluxos de comércio internacional de bens registaram movimentos opostos, com as exportações a desacelerarem 1,0 p.p. tendo registado um crescimento homólogo de 10,9%, enquanto as importações registaram uma quebra de -7,0% (3,2 p.p. acima do valor do 4.º trimestre de 2011). A componente extracomunitária subiu tanto nas exportações como nas importações, já para o mercado intracomunitário as importações subiram 0,2 p.p. e as exportações desceram 2,5 p.p. face ao mês anterior.

No trimestre terminado em janeiro, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuaram a desacelerar (-11,3% contra -9,5% verificado em dezembro). As opiniões à procura externa na indústria melhoraram ligeiramente em fevereiro (+1,7 p.p. face ao registado em janeiro).

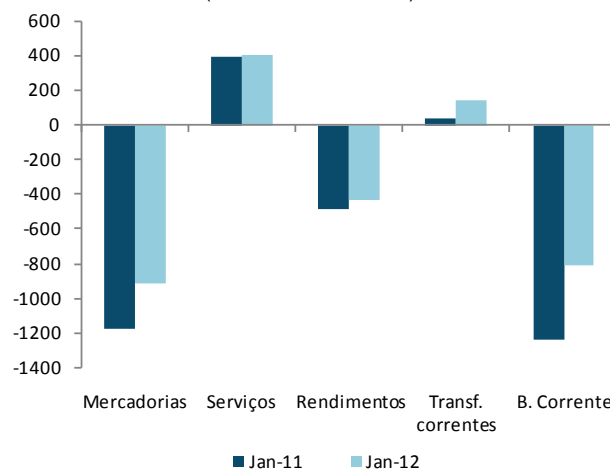
**Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Em janeiro de 2012, o défice da balança corrente foi de 808 milhões de euros, o que representa uma redução de 435 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, sendo de destacar o da balança de bens e serviços que melhorou 275 milhões de euros.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

Em janeiro de 2012 também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 846 milhões de euros, o que se traduz numa menor necessidade de financiamento externo da economia.

### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2009	2011				2011			2012
					4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,4	7,7	8,4	8,8	6,7	5,8	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,5	4,1	-1,1	-4,3	-2,7	-13,5	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	7,5	5,6	4,9	3,7	1,2	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,1	-5,5	-7,2	-7,9	-5,4	0,2	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,1	22,0	17,9	17,3	13,7	11,9	16,0	16,1	3,0	13,1
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	1,1	13,4	9,7	2,4	3,9	-10,2	-7,1	-7,0	-16,3	3,8

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					jan	fev 10-jan 11	jan	fev 11-jan 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-15 284	-8 900	-1254	-13 750	-408	-8 054	5 696
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 195	-13 190	-1 180	-16 793	-919	-12 929	3 865
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 712	7 744	389	6 485	403	7 757	1272
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 573	-490	-7 452	-431	-8 513	-1062
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 198	2 995	38	2 113	139	3 096	982

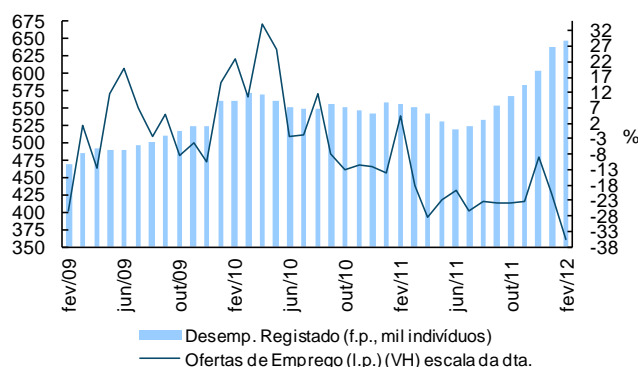
\* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

## Mercado de Trabalho

Em fevereiro, de acordo com os dados do IEFP, os desempregados registados nos centros de emprego ascenderam os 648 mil, um aumento homólogo de 16,6%, 2,0 p.p. superior ao verificado no mês anterior.

Em termos absolutos, verificou-se um aumento de 10,3 mil no número de desempregados face a janeiro e de 92,4 mil comparando com o ano anterior. O desemprego registado ao longo do mês apresenta desde julho de 2011 um perfil de crescimento com uma ligeira desaceleração em fevereiro, com uma variação em cadeia de 1,6%, menos 4 p.p. que a variação verificada em janeiro.

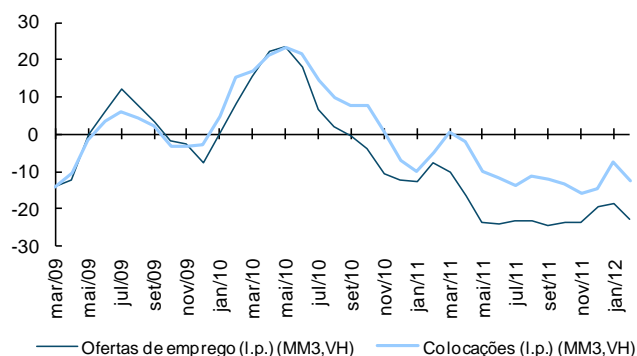
**Figura 2.13. Desemprego e Ofertas de Emprego**  
(N.º, VH)



Fonte: IEFP.

As ofertas de emprego, registaram em fevereiro variação homóloga negativa de 35,4%, 14,4 p.p. inferior à verificada em Janeiro. A trajetória do número de ofertas de emprego ao longo do ano de 2012 apresenta um comportamento oscilante, tal como já tinha acontecido em 2011. De facto, quando consideramos as variações cadeia, registou-se uma variação de 15,3% e -17,3% em janeiro e fevereiro respetivamente. Refira-se que o rácio entre as ofertas de emprego e o desemprego registado ao longo do mês prolongou este mês a trajetória descendente que já se havia iniciado em outubro de 2011.

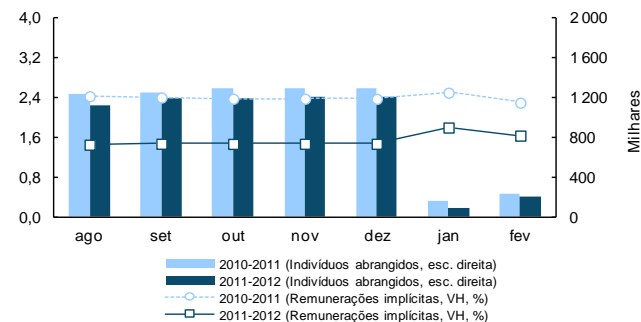
**Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações**  
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Segundo o IEFP, as colocações verificadas em fevereiro sofreram uma quebra bastante significativa ao apresentar uma diminuição na ordem dos 30,5%, um agravamento de 28,9 p.p.. As colocações de emprego apresentam um comportamento ao longo dos meses bastante flutuante a par do que acontece com as ofertas de emprego. Assim em janeiro e fevereiro verificaram-se variações em cadeia de 28,5% e -18,7% respetivamente.

**Figura 2.15. Contratação Coletiva**



Fonte: MEE.

No que diz respeito ao número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) verificou-se um número de 201,5 mil trabalhadores em fevereiro, uma diminuição de 13,6% face a igual mês do ano anterior. O crescimento das remunerações implícitas nos IRCT foi de 1,6%, uma diminuição 0,2 p.p. relativamente ao mês janeiro.

### Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

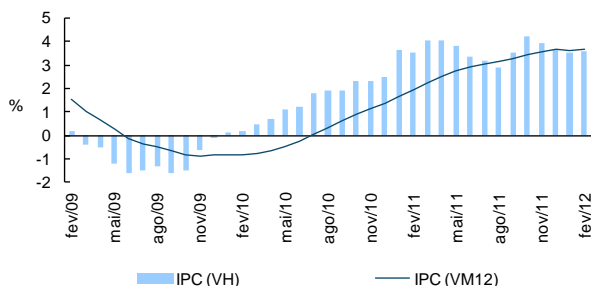
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2011		2012	
				1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,4	12,1	12,4	14,0	-	-	:	:
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,8	-2,0	-2,2	-4,3	-	-	:	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-3,5	-6,0	-0,3	11,7	6,7	11,7	14,4	16,6
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-11,0	-2,2	10,7	25,3	20,0	35,2	19,9	19,6
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	-10,3	-23,8	-24,5	-19,6	-23,2	-8,8	-21,0	-35,4
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,4	2,0	1,5	1,5	1,5	1,5	1,8	1,6
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-0,3	0,8	-0,8	0,8	-1,7	-	-	:	:
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,8	2,5	3,3	2,6	2,8	-	-	:	:

\*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

## Preços

Em fevereiro de 2012 registou-se uma ligeira aceleração do Índice de Preços do Consumidor (IPC), com uma variação homóloga de 3,6%, 0,1 p.p. superior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses aumentou 0,1 p.p. para os 3,7%.

**Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

As categorias que mais contribuíram para o crescimento do IPC em Fevereiro foram os transportes e a habitação, água e eletricidade com subidas de 9,6% e 5,1% respetivamente. Como já se tinha observado em Janeiro, os produtos energéticos apresentaram um forte impacto no IPC com um crescimento pelo 2º mês consecutivo de 11,7%.

Os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas e a saúde, com aumentos de preços de 3,4% e 4,2%, respetivamente, foram outras categorias com um impacto relevante para o crescimento observado do IPC.

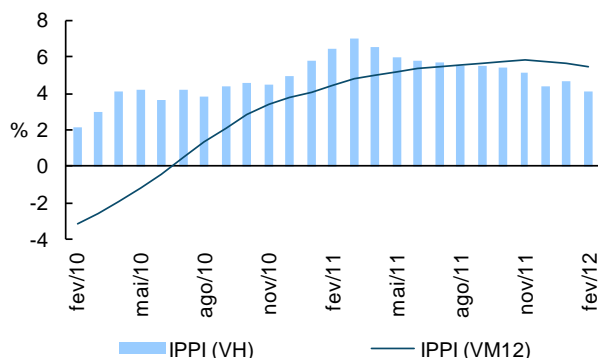
O vestuário e calçado e os acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação, foram as únicas categorias a apresentarem um contributo negativo com uma diminuição em termos homólogos de 2,7% e 0,4% respetivamente.

Os preços dos bens mantiveram a tendência de abrandamento já registado em Janeiro, com um crescimento de 3,7%, 0,2 p.p. inferior ao mês anterior. Em contraste, os serviços mantiveram uma trajetória ascendente com um aumento de 3,4%, 0,6 p.p. superior ao de janeiro. Consequência destas trajetórias, o diferencial entre ambos reduziu-se dos 1,1 p.p. para apenas 0,3 p.p..

Em fevereiro a inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) subiu 0,1 p.p. para os 2,2%. O diferencial face ao IPC total manteve-se inalterado nos 1,4 p.p.

O Índice de Preços na Produção Industrial registou uma variação homóloga de 4,1%, 0,5 p.p. inferior à do mês passado. A variação média dos últimos 12 meses baixou 0,2 p.p. para os 5,5%.

**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPPI**  
(VH, %)



Fontes: INE.

Os bens de consumo não duradouros e a energia, com crescimentos de 2,4% e 11,2%, respetivamente, foram os agrupamentos industriais onde se verificaram os aumentos mais elevados.

No que diz respeito às secções, os maiores crescimentos foram de 6,9% na Captação, Tratamento e Distribuição de Água; Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição e de 10,8% na Eletricidade, Gás, vapor, água quente e Ar Frio.

Em fevereiro a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor em Portugal foi de 3,6%, subindo 0,2 p.p. face à variação verificada no mês anterior. O diferencial entre as taxas de variação homólogas do IHPC entre Portugal e zona euro subiu em 0,2 p.p. em fevereiro, que por outras palavras significa que o nível geral de preços em Portugal subiu mais depressa do que os restantes países que compõem a zona euro.

**Quadro 2.6. Indicadores de Preços**

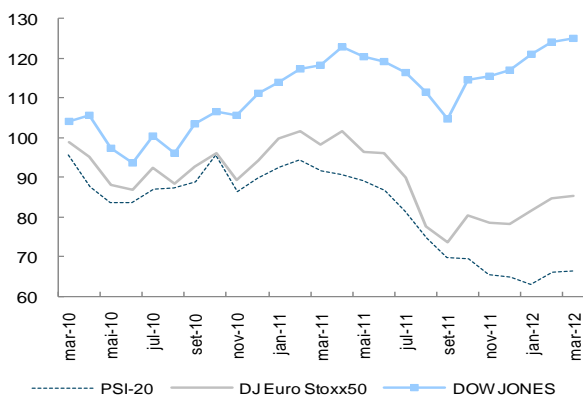
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011												2012	
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev				
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,1	-0,2	-0,1	-0,4	0,8	1,1	-0,1	0,0	0,5	0,1				
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,8	3,4	3,2	2,9	3,6	4,2	3,9	3,6	3,5	3,6				
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	2,8	2,9	3,1	3,1	3,3	3,4	3,6	3,7	3,6	3,7				
IPC - Bens	VH	"	4,4	4,6	3,9	3,6	3,1	4,2	5,4	5,0	4,4	3,9	3,7				
IPC - Serviços	"	"	2,5	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,4	2,3	2,5	2,8	3,4				
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,3	2,5	2,3	2,1	1,8	2,5	3,0	2,1	2,3	2,1	2,2				
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	6,0	5,8	5,7	5,5	5,5	5,5	5,2	4,4	4,6	4,1				
IHPC	"	"	3,6	3,7	3,3	3,0	2,8	3,5	4,0	3,8	3,5	3,4	3,6				
Diferencial IHPC vs. Área do eiro (VH)	p.p.	Eurostat	0,9	1,0	0,6	0,5	0,2	0,5	1,0	0,8	0,7	0,7	0,9				

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em março de 2012, os índices bolsistas internacionais continuaram a apresentar uma evolução positiva. Esta situação traduziu, para o caso dos EUA, a divulgação de indicadores macroeconómicos mais favoráveis do que o esperado e, no caso da área do euro, o aumento de expectativas quanto à obtenção de uma solução duradoura para a crise da dívida soberana. Por outro lado, a cedência de liquidez por parte do Banco Central Europeu às instituições de crédito, em finais de fevereiro, contribuiu para a melhoria das condições de financiamento dos bancos e a valorização expressiva dos títulos do sector financeiro.

Assim, em março e, até dia 22, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* subiram 9,8% e 6,8%, respetivamente, face ao final de dezembro de 2011.

**Figura 2.18. Índices Bolsistas**  
(dezembro 2009=100, fim do período)

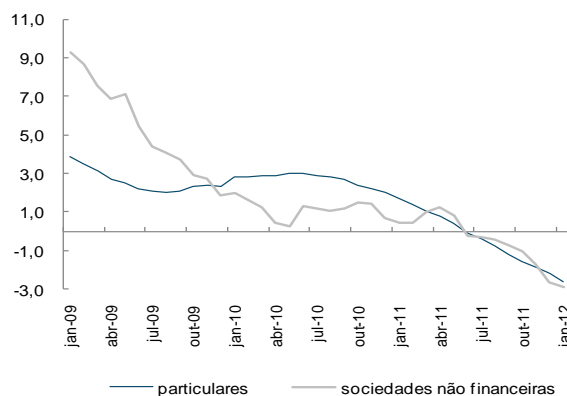


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para março, o valor é do dia 22.

Nos meses de fevereiro e março de 2012, o índice PSI-20 também apresentou uma evolução favorável, embora a subida tenha sido menos acentuada do que a generalidade dos índices bolsistas internacionais. Com efeito, em março e, até ao dia 22, o índice PSI-20 subiu 2,1% face ao final de dezembro de 2011.

Em janeiro de 2012, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -2,7% (-2,4% em dezembro de 2011), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias.

**Figura 2.19. Empréstimos ao Setor Privado**  
(va, em %)

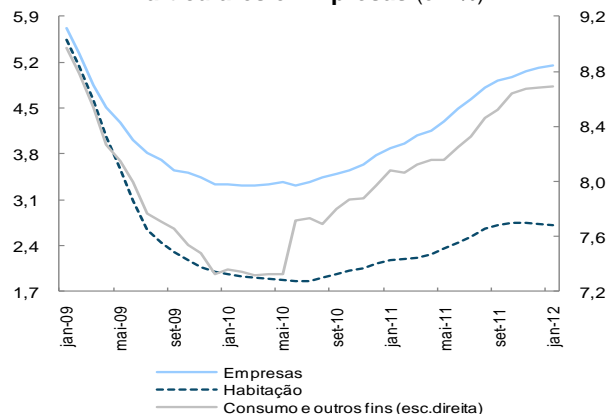


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação e ao consumo prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo ambos apresentado, em janeiro de 2012, uma taxa de variação negativa mais acentuada. Já em relação ao crédito destinado a outros fins, este manteve-se em -3,7%.

As taxas de juro das operações do crédito continuaram a aumentar para as empresas; enquanto apresentaram uma ligeira diminuição para os particulares, nomeadamente para o crédito à habitação.

**Figura 2.20. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

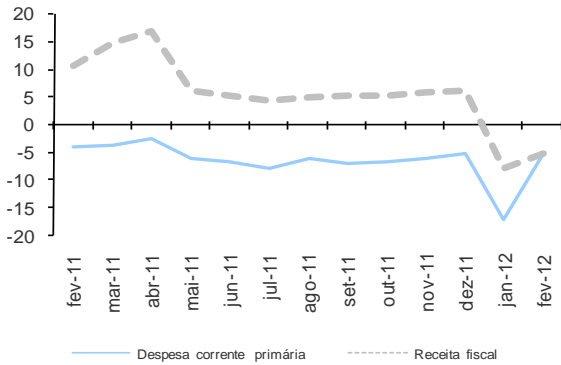
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011						2012		
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	9,6	10,6	10,2	10,9	11,6	13,5	12,9	14,3	13,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	1111	665	803	795	895	952	1120	1111	1251	1161
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	-3,1	-5,9	-8,3	-6,8	-0,4	-5,7	-0,8	-3,1	4,8
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	0,4	0,0	-0,3	-0,7	-1,0	-1,3	-1,6	-1,9	:
- para consumo	va**	"	-5,8	-2,5	-3,1	-3,7	-4,2	-4,5	-5,7	-5,8	-7,0	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,7	-0,3	-0,3	-0,4	-0,7	-1,0	-1,7	-2,7	-2,9	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,73	2,44	2,54	2,66	2,71	2,74	2,74	2,73	2,71	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	5,12	4,49	4,64	4,82	4,92	4,97	5,06	5,12	5,15	:

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

**Finanças Públicas – Estado**

Até fevereiro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 798,6 milhões de euros, o que representa um agravamento de 524,3 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 384,9 milhões de euros, mais 260,9 milhões de euros do que o registado no ano anterior.

**Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)**



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 5,3%, justificada pelo decréscimo dos impostos diretos e indiretos em 9,0% e 3,4%, respetivamente. Com exceção do IRS e do Impostos Único de Circulação do IABA e dos outros que apresentaram crescimento, os restantes impostos tiveram impacto negativo na receita fiscal: o IRC diminuiu 46,2% - justificado em parte pelo efeito base da antecipação da distribuição de dividendos em dezembro de 2010; o Imposto sobre veículos 44,6%, o IVA 1,1%, e o Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos 6,7% e o imposto de selo, 6,6%). A receita não fiscal registou um crescimento de 5,5%, refletindo, essencialmente, o comportamento das comparticipações para a ADSE, das transferências correntes e dos prémios e taxas por garantias de riscos; e
- um crescimento da despesa total em 3,5%, enquanto a despesa primária diminuiu 0,3%. Com efeito no aumento da despesa é de referir, essencialmente, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida, justificado pelo pagamento do primeiro cupão da OT 6,4% fev 2016, emitida em 2011, das transferências de capital, devido à realização da transferência para a RTP com objetivo de amortizar passivos financeiros, e das transferências correntes para a Segurança Social, com o

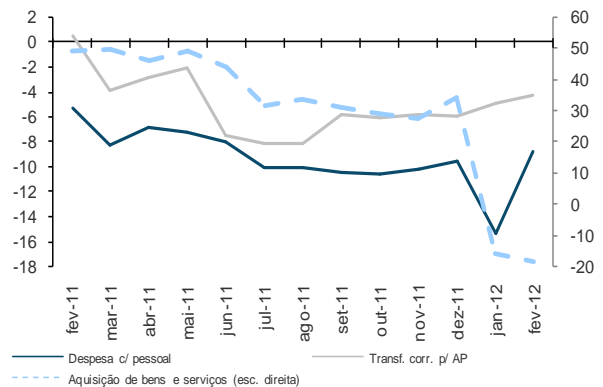
**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2011		2012		2011		2012	
	jan a fev		jan a fev		nov		jan	
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	6541	6259	16,4	23,6	5,9	14,5	-6,1	-4,3
Receita corrente	6389	6155	16,8	23,0	6,6	6,9	-4,8	-3,7
Impostos diretos	2008	1828	13,7	12,7	8,5	10,4	-18,8	-9,0
Impostos indiretos	3937	3802	19,9	18,1	3,9	2,9	0,5	-3,4
Despesa Total	6816	7057	13,6	15,2	-2,5	-3,6	-12,7	3,5
Despesa corrente primária	6288	5962	15,6	16,7	-5,9	-5,0	-17,2	-5,2
Despesa corrente	6438	6375	13,8	14,6	-2,7	-2,1	-16,2	-1,0
Despesa com pessoal	1510	1377	14,5	16,3	-10,2	-9,6	-15,4	-8,8
Aquisição bens e serviços	152	124	7,3	7,0	27,5	33,9	-15,7	-18,4
Subsídios	26	0	4,2	0,1	-53,0	-13,9	-99,7	-98,5
Juros	150	414	2,4	5,2	21,2	21,5	18,5	175,3
Transferências corr. p/ AP	3790	3755	16,1	17,1	-6,0	-5,0	-4,3	-0,9
Saldo Global	-274	-799	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-124	-385	-	-	-	-	-	-

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

objetivo de financiar as responsabilidades inerentes ao fundo de pensões dos bancários. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das outras transferências correntes, devido principalmente à redução da contribuição financeira para o orçamento da União Europeia, das transferências para o Serviço Nacional de Saúde e para a Administração Local ao abrigo da Lei de Estabilidade Orçamental. Na evolução das despesas é ainda de salientar a redução das despesas com pessoal (-8,8%).

**Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)**



Fonte: DGO.

No final de fevereiro, a dívida direta do Estado situava-se em 180,7 mil milhões de euros, mantendo-se praticamente inalterada face ao mês anterior. A emissão líquida de BT de 1759 milhões de euros compensou a amortização antecipada da OT 5%jun2012, no valor nominal de 335 milhões de euros, do FRN EUR 23fev2019 e do FRN USD ago2012, no valor nominal de 50 e 32 milhões de euros, respetivamente, de outros instrumentos de curto prazo (899,2 milhões de euros) e a diminuição do saldo dos Certificados de Aforro (213,3 milhões de euros).

As variações cambiais no mês contribuíram para uma redução do saldo da dívida em 272,2 milhões.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida (milhões de euros)**

	31-jan-12	fev-12			29-fev-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	121 273	6 070	4 940	- 48	122 355
Bilhetes do Tesouro	12 948	5 912	4 153	0	14 707
Obrigações do Tesouro	103 451	0	332	- 3	103 116
Não Transacionável	19 480	2 924	3 825	0	18 580
Cert. de Aforro e do Tesouro	12 464	49	254	0	12 259
CEDIC e CEDIM	4 357	2 473	2 487	0	4 343
Prog. de Assist. Financeira	40 003	0	0	- 227	39 776
Total	180 756	8 994	8 765	- 275	180 711

Fonte: IGCP.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas) foi de 835,0 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 91,4 milhões de euros face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas<sup>1</sup>.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 0,4%, explicada principalmente pelas taxas, multas e outras penalidades, justificada pela receita proveniente da atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4ª geração móvel, e pelas outras receitas correntes, em consequência dos juros recebidos pela detenção de títulos da dívida pública portuguesa detidos pela CGA e da venda de BT pelo FRDP. Esta evolução foi parcialmente compensada pelas outras transferências de capital, justificada pelo efeito base em 2011 da transferência do Fundo de Pensões da PT, pelas transferências do OE para o SNS e da União Europeia, dado que os reembolsos no âmbito do FEAGA ainda não ocorreram e as do FEADER terem sido registadas como extraorçamentais; e
- um decréscimo da despesa em 2,5%, explicada pela outras transferências de capital, em consequência da diminuição de pagamentos pelo IFAP, pela aquisição de bens e serviços, justificada essencialmente pelo comportamento da contratualização de serviços aos hospitais EPE pelo SNS, e pelos subsídios, devido ao efeito base em 2011 do pagamento de ajudas aos agricultores no âmbito do FEAGA. Com impacto no aumento da despesa, salientam-se as despesas com pessoal devido à ausência de reporte, em 2011, da Administração Regional de Saúde do Norte, e as outras transferências correntes, nomeadamente pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA.

### Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos(excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011		2012		2012		2012	
	jan a fev		jan a fev		jan	fev	jan a fev	
	10º euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10º euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	3 836	3 849	14,8	15,6	-8,9	0,4	730	20,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	562	578	13,5	16,6	-3,2	2,9	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	2 457	2 353	15,4	16,4	-8,8	-4,2	78	15,5
Despesa Total	3 092	3 014	12,1	13,7	-4,6	-2,5	641	13,5
Despesa com pessoal	351	383	10,9	14,7	4,0	9,2	110	16,1
Aquisição de bens e serviços	1 123	1 078	13,2	14,3	-3,2	-4,0	98	11,6
Transferências correntes	1 426	1 442	12,9	14,9	1,9	1,1	2	6,9
Saldo Global	744	835	-	-	-	-	89	-

Fonte: DGO.

<sup>1</sup>Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

<sup>2</sup>Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

### Empresas públicas reclassificadas

Até fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 89,2 milhões de euros, menos 48,1 milhões de euros que no mês anterior. A execução é explicada, fundamentalmente:

- pela transferência de capital do OE para a RTP, S.A., para a amortização de passivos financeiros, pelos impostos indiretos através da consignação de parte do ISP à Estradas de Portugal, S.A., e pelas outras receitas correntes, devido a contribuição para o audiovisual, cuja receita está consignada à RTP, S.A., e pela venda de bens e serviços pelo Metropolitano de Lisboa, S.A., Metro do Porto, S.A. e REFER, EPE; e
- pelo investimento, devido essencialmente à Estradas de Portugal, S.A., ao Parque Escolar, E.P.E. e à REFER, EPE, e pelas despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

### Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Até fevereiro, a execução financeira consolidada<sup>2</sup> provisória do SNS aponta para um défice de 21,9 milhões de euros, o que constitui um agravamento de 67,3 milhões de euros face ao registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 8,5%, justificado pela redução da transferência do Orçamento do Estado no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 3,7%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E.), das outras despesas e das despesas com pessoal.

### Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011	2012	2011	2012
	jan		jan	
	10º euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	1 393	1 275	-0,6	-8,5
Transferências do Orçamento do Estado	1350	1232	-0,6	-8,7
Prestação de serviços	12	17	4,3	41,7
Outras receitas	31	26	-1,4	-17,5
Despesa Total	1 347	1 297	-5,5	-3,7
Despesa com pessoal	145	137	-13,2	-5,4
Subcontratos	1 138	1 111	-6,4	-2,3
Outras despesas	65	49	46,3	-24,5
Saldo Global	45	-22	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

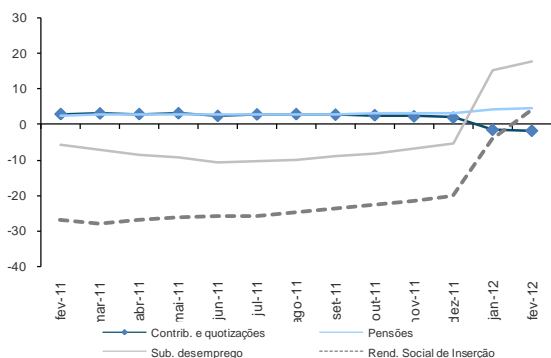
## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até fevereiro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 413,4 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 67,8 milhões de euros face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

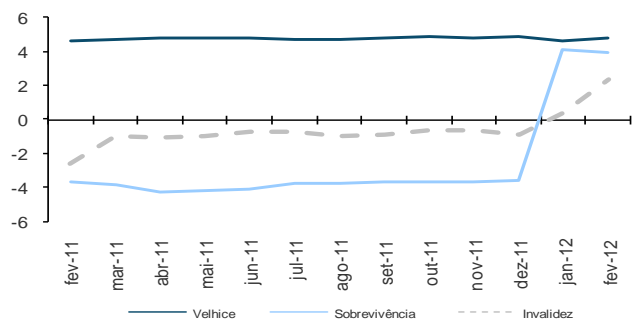
- um crescimento da receita em 5,3% em resultado do aumento das transferências do FSE e da transferência corrente do OE para fazer face à despesa com pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancário, compensada parcialmente pela diminuição das transferências do OE no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social e das contribuições e quotizações; e
- um aumento da despesa em 8,1%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancário, das pensões de velhice, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego e das ações de formação profissional. Em sentido contrário, salienta-se a diminuição da despesa com subsídio de doença. No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,6% nas pensões de velhice da Segurança Social e de 16,9% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, e uma diminuição de 18,4% no subsídio de doença.

**Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



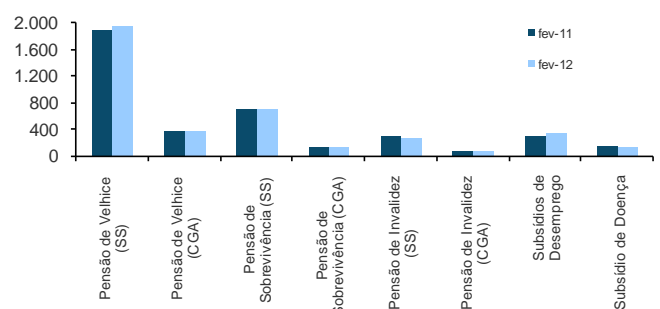
Fonte: DGO.

**Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.25. Número de Pensões Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em fevereiro, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 107,7 milhões de euros, que compara com 196,0 milhões de euros no período homólogo. A receita total diminuiu 3,3%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido a transferência do Fundo de pensões da PT em 2011. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE e pelas quotas e contribuições para a CGA. A despesa total aumentou 3,2%, como resultado essencialmente do aumento da despesa com pensões.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 3,3% nas pensões de velhice e de 1,2% nas pensões de sobrevivência.

**Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2011		2012		2011		2012			
	jan a fev		jan a fev		jan a fev		jan a fev			
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	3851	4057	5,3	16,4	17,0	1444	1396	-3,3	15,3	16,8
Contribuições e quotizações	2334	2290	-1,9	17,0	16,6	562	578	2,9	13,6	16,7
Transferências correntes da Adm. Central	1144	1200	4,9	16,4	17,3	719	804	11,8	16,2	19,1
Despesa Total	3370	3643	8,1	14,6	15,5	1248	1288	3,2	14,1	16,1
Pensões	2036	2127	4,5	14,1	14,7	1243	1280	3,0	14,4	16,1
Pensões de Velhice do reg. Subst. Bancário	-	93	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	348	411	18,0	16,5	20,1	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	710	693	-2,4	16,9	15,9	-	-	-	-	-
Saldo Global	481	413	-	-	-	196	108	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

## Administrações Públicas

Em fevereiro, o saldo global provisório das Administrações Públicas incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo real na Administração Local foi de 589,1 milhões de euros. Excluindo as EPR e a Administração Local, o saldo foi de 466,1 milhões de euros, o que representa um agravamento de 444,1 milhões de euros, para a qual contribuiu o comportamento do saldo do Estado e, em menor grau, a diminuição do excedente da Segurança Social e da Administração Regional, dado que os FSA aumentaram o seu excedente em 102,2 milhões de euros.

## Administrações Local e Regional

### Administração Local\*

Até fevereiro, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável, o saldo provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 32,9 milhões de euros, o que corresponde a um agravamento de 5,2 milhões de euros relativamente ao mês anterior.

A execução orçamental da Administração Local, face a janeiro, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita total em 3,5%, tendo contribuído para esta evolução, principalmente, o comportamento do imposto municipal sobre transmissões e das transferências de outros subsectores das administrações públicas excluindo as transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais. Em sentido contrário, salientam-se o crescimento das transferências de capital do resto do mundo e do imposto municipal sobre veículos; e
- um crescimento da despesa total em 9,8%, refletindo, especialmente, o aumento da aquisição de bens de capital e a aquisição de bens e serviços. Em sentido contrário, é de referir a diminuição das despesas com pessoal.

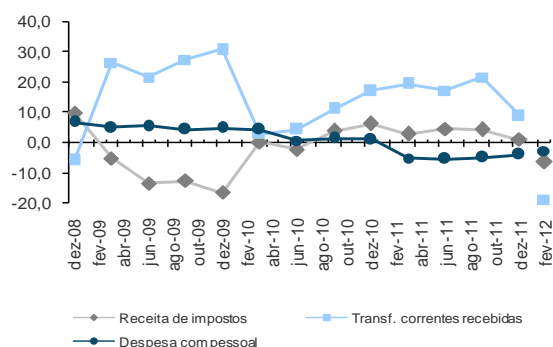
### Administração Regional

Até fevereiro, e na ótica da contabilidade pública, o saldo orçamental da Administração Regional situou-se nos 16,2 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 53,5 milhões de euros face a 2011. Este comportamento deveu-se à diminuição do excedente da Região Autónoma dos Açores em 41,7 milhões de euros e à passagem de um excedente de 7,8 milhões de euros para um défice de 3,9 milhões de euros na Região Autónoma da Madeira.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 12,1%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE e da receita fiscal; e
- um aumento da despesa total em 5,7%, refletindo, essencialmente, o crescimento das outras transferências correntes, dos juros e das transferências de capital para outros subsectores das administrações públicas. O comportamento da aquisição de bens de capital, da aquisição de bens e serviços e das despesas com pessoal compensaram parcialmente a evolução das outras rubricas da despesa.

**Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

### Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Local*			Administração Regional		
	2012			2011	2012	
	jan	jan a fev		jan a fev		
	106 euros	VC (%)		10 <sup>6</sup> euros	VH (%)	
Receita total	353,2	694,0	-3,5	323	284	-12,1
Impostos	67,8	122,1	-19,9	154	144	-6,5
Transferências correntes	153,8	275,7	-20,7	136	110	-18,9
Despesa total	315,1	661,1	9,8	253	268	5,7
Pessoal	119,1	236,4	-1,4	107	104	-2,8
Aquisição de bens e serviços	78,1	167,5	14,5	39	29	-25,3
Transferências correntes	19,3	42,2	18,8	60	98	65,2
Investimento	65,7	146,3	22,6	13	3	-80,3
Saldo global	38,1	32,9	-	70	16	-

Fonte: DGO.

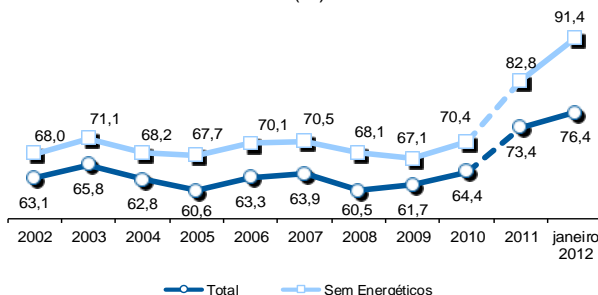
Nota: \* Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, em janeiro de 2012, as exportações de mercadorias cresceram 13,1% enquanto as importações cresceram 3,8% [3] face a igual período de 2011. Nesse mês, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 18,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram em termos homólogos 10%, enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 5,3% (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial**  
(valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3.121	3.531	13,1	10,9	14,6
Importações (cif)	4.453	4.622	3,8	-7,0	0,6
(fob)	4.244	4.404	3,8	-7,0	0,6
Saldo (fob-cif)	-1.332	-1.090	-18,1	-40,3	-25,3
(fob-fob)	-1.122	-873	-22,2	-45,4	-29,3
Cobertura (fob/cif)	70,1	76,4	-	-	-
(fob/fob)	73,6	80,2	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Exportações (fob)	2.966	3.264	10,0	7,6	13,5
Importações (cif)	3.770	3.571	-5,3	-13,6	-3,8
(fob)	3.593	3.403	-5,3	-13,6	-3,8
Saldo (fob-cif)	-804	-307	-61,8	-66,2	-46,1
(fob-fob)	-627	-139	-77,9	-76,5	-54,4
Cobertura (fob/cif)	78,7	91,4	-	-	-
(fob/fob)	82,6	95,9	-	-	-
<b>Extra-UE</b> (milhões de Euros)					
				Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	702	968	37,9	30,5	20,8
Importações (cif)	1.093	1.418	29,8	17,7	13,9
(fob)	1.041	1.351	29,8	17,7	13,9
Saldo (fob-cif)	-391	-450	15,2	-14,9	0,0
(fob-fob)	-339	-383	13,0	-21,5	-2,3
Cobertura (fob/cif)	64,2	68,2	-	-	-
(fob/fob)	67,4	71,6	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2010, 2011 e 2012: 0,95229.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº3/2012"). Uma vez que os dados relativos ao comércio internacional português por grau de intensidade tecnológica não estão disponíveis, não é possível apresentar a respetiva análise. Esta análise será retomada no próximo número do Boletim Mensal da Economia Portuguesa.

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com o IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Em janeiro de 2012, as exportações representaram 76,4% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 6,3 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 91,4% das importações (+12,7 p.p. do que em igual período do ano transato).

**Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro**

janeiro	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
<b>Intra+Extra UE</b>			
Exportações (fob)	3 121	3 531	13,1
Importações (cif)	4 453	4 622	3,8
Saldo (fob-cif)	- 1 332	- 1 090	-18,1
Cobertura (fob/cif)	70,1	76,4	-
<b>Intra UE</b>			
Exportações (fob)	2 420	2 564	5,9
Importações (cif)	3 360	3 204	-4,6
Saldo (fob-cif)	- 940	- 640	-31,9
Cobertura (fob/cif)	72,0	80,0	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (fob)	702	968	37,9
Importações (cif)	1 093	1 418	29,8
Saldo (fob-cif)	- 391	- 450	15,2
Cobertura (fob/cif)	64,2	68,2	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 31,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 5,9% e as importações a decrescer 4,6%. O saldo da balança comercial Extra UE agravou-se em 15,2% (Quadro 3.2).

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
Jan	4 453	4 622	3,8	3 121	3 531	13,1
Fev	4 636			3 314		
Mar	5 475			3 779		
Abr	5 010			3 441		
Mai	5 438			3 701		
Jun	4 607			3 588		
Jul	4 906			3 777		
Ago	4 234			2 924		
Set	5 100			3 792		
Out	4 720			3 790		
Nov	4 739			3 862		
Dez	4 342			3 228		
1º Trim	14 565			10 213		
2º Trim	15 055			10 730		
3º Trim	14 241			10 493		
4º Trim	13 800			10 880		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

## Exportações de Mercadorias

Em janeiro de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 13,1%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 10%.

Excluindo o grupo de produtos dos “Químicos” (-0,1 p.p.) todos os grupos contribuíram positivamente para o crescimento homólogo das exportações em janeiro de 2012. Evidencia-se o contributo dos produtos “Energéticos” (+3,6 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,7 p.p.). Os grupos das “Máquinas” e do “Material de Transporte” foram aqueles que mais peso tiveram na estrutura das exportações de mercadorias (ambos com 14,6%).

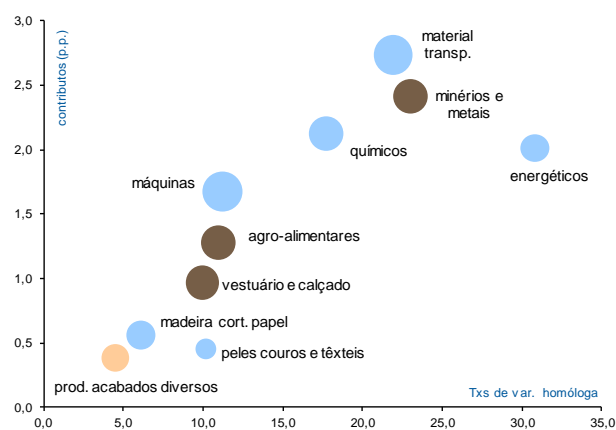
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2012.

Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+14,6%), registando, consequentemente, taxas de variação homóloga positivas. Destacam-se os produtos relativos ao “Material de Transporte” e aos “Minérios e Metais”, com contributos de 2,7 p.p. e 2,4 p.p., respetivamente.

De referir ainda os contributos dos grupos de produtos “Máquinas”, “Energéticos” e “Agroalimentares” para o crescimento das exportações de mercadorias em 2011: 1,8 p.p., 1,6 p.p. e 1,4 p.p., respetivamente.

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)**

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2012  
(Total: 14,6%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

**Quadro 3.4. Exportações \* de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)**

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		últimos 12 meses <sup>[1]</sup>		janeiro	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>Total das Exportações</b>	<b>3 121</b>	<b>3 531</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>14,6</b>	<b>14,6</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>
000 Agro-Alimentares	344	387	8,8	11,3	11,0	11,0	11,0	1,3	12,6	1,4
100 Energéticos	155	267	5,3	7,3	5,0	7,6	30,8	2,0	72,3	3,6
200 Químicos	402	398	10,3	12,5	12,9	11,3	17,7	2,1	-0,9	-0,1
300 Madeira, Cortiça e Papel	273	286	8,7	8,5	8,7	8,1	6,1	0,6	4,9	0,4
400 Peles, Couros e Têxteis	140	143	4,9	4,3	4,5	4,0	10,2	0,5	2,0	0,1
500 Vestuário e Calçado	338	363	11,1	9,4	10,8	10,3	10,0	1,0	7,4	0,8
600 Minérios e Metais	309	392	10,5	11,2	9,9	11,1	23,0	2,4	26,8	2,7
700 Máquinas	464	516	19,7	14,5	14,8	14,6	11,2	1,7	11,4	1,7
800 Material de Transporte	445	515	13,3	13,3	14,3	14,6	21,9	2,7	15,8	2,2
900 Produtos Acabados Diversos	252	263	7,4	7,8	8,1	7,5	4,5	0,4	4,4	0,4

Por memória:

Total sem energéticos	2 966	3 264	94,7	92,7	95,0	92,4	13,5	12,6	10,0	9,5
-----------------------	-------	-------	------	------	------	------	------	------	------	-----

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2012.

[2] (fev 11-jan 12)/(fev 10-jan 11) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Em janeiro de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 5,9%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 5,5% (menos 0,4 p.p.), enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 17,8%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior (37,9%) (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+8,5 p.p.).

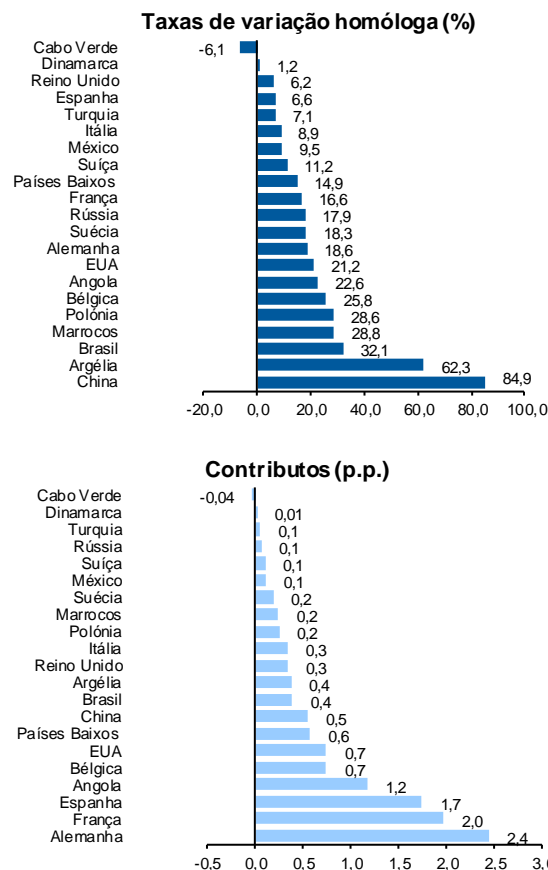
As exportações de mercadorias para a França (+1,7 p.p.) e para a Alemanha (+1,4 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. As exportações de mercadorias para França e para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 12,7% e 6,8%, respetivamente.

No último ano a terminar em janeiro de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 12,6%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 12,4%. As exportações com destino à Alemanha (+2,4 p.p.) e à França (2 p.p.) foram, também, as que mais contribuíram para o crescimento das exportações neste período.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para China (+84,9%), Argélia (62,3%) e Brasil (+32,1%). Embora com um reduzido contributo, refira-se o decréscimo das exportações para Cabo Verde (-6,1%). (Figura 3.3).

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

**Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados**

Destino	Valores em milhões de Euros										
	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	janeiro		anual		janeiro		média anual 06-11*	12 meses <sup>[1]</sup>		janeiro	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012		VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>3 121</b>	<b>3 531</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,5</b>	<b>14,6</b>	<b>14,6</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>2 420</b>	<b>2 564</b>	<b>78,1</b>	<b>74,0</b>	<b>77,5</b>	<b>72,6</b>	<b>2,4</b>	<b>12,6</b>	<b>9,4</b>	<b>5,9</b>	<b>4,6</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>2 325</b>	<b>2 452</b>	<b>76,0</b>	<b>71,0</b>	<b>74,5</b>	<b>69,4</b>	<b>2,1</b>	<b>12,4</b>	<b>8,9</b>	<b>5,5</b>	<b>4,1</b>
Espanha	810	800	28,4	24,8	25,9	22,6	0,7	6,6	1,7	-1,3	-0,3
Alemanha	435	480	13,0	13,6	13,9	13,6	4,4	16,6	2,4	10,3	1,4
França	411	463	12,5	12,0	13,2	13,1	2,7	16,6	2,0	12,7	1,7
R.Unido	174	186	6,9	5,1	5,6	5,3	-2,6	6,2	0,3	6,8	0,4
P.Baixos	135	126	3,7	3,9	4,3	3,6	4,6	14,9	0,6	-6,8	-0,3
Itália	125	119	4,1	3,7	4,0	3,4	1,4	8,9	0,3	-4,7	-0,2
Bélgica	95	117	3,1	3,2	3,1	3,3	3,6	25,8	0,7	22,9	0,7
Suécia	34	43	1,1	1,0	1,1	1,2	1,7	18,3	0,2	25,2	0,3
Dinamarca	23	25	0,7	0,6	0,7	0,7	1,1	12	0,0	8,4	0,1
<b>Alargamento</b>	<b>95</b>	<b>112</b>	<b>2,1</b>	<b>3,1</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>11,3</b>	<b>15,5</b>	<b>0,5</b>	<b>17,8</b>	<b>0,5</b>
Polónia	28	38	0,7	1,0	0,9	1,1	11,2	28,6	0,2	33,4	0,3
<b>Extra UE-27</b>	<b>702</b>	<b>968</b>	<b>21,9</b>	<b>26,0</b>	<b>22,5</b>	<b>27,4</b>	<b>7,1</b>	<b>20,8</b>	<b>5,2</b>	<b>37,9</b>	<b>8,5</b>
dos quais:											
Angola	144	176	3,4	5,5	4,6	5,0	14,1	22,6	1,2	22,0	1,0
EUA	99	190	5,9	3,5	3,2	5,4	-6,6	21,2	0,7	92,4	2,9
Brasil	39	51	0,7	1,4	1,2	1,5	18,1	32,1	0,4	32,9	0,4
México	21	17	0,4	1,1	0,7	0,5	27,1	9,5	0,1	-21,6	-0,1
Suíça	29	31	0,8	0,9	0,9	0,9	6,7	11,2	0,1	6,6	0,1
Marrocos	28	50	0,5	0,9	0,9	1,4	18,8	28,8	0,2	75,6	0,7
Turquia	22	18	0,7	0,7	0,7	0,5	5,3	7,1	0,1	-18,5	-0,1
Cabo Verde	21	17	0,5	0,6	0,7	0,5	6,1	-6,1	0,0	-16,3	-0,1
China	22	69	0,6	0,9	0,7	1,9	13,3	84,9	0,5	208,0	1,5
Argélia	20	23	0,2	0,8	0,6	0,7	37,5	62,3	0,4	16,9	0,1
Por memória:											
Gibraltar	7	16	0,1	0,6	0,2	0,5	55,8	26,5	0,1	133,3	0,3
PALOP	182	229	4,3	6,9	5,8	6,5	13,8	21,6	1,4	25,7	1,5
EFTA	36	40	1,1	1,1	1,2	1,1	3,5	11,3	0,1	8,6	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2012.

[2]  $(\text{fev } 11\text{-jan } 12) / (\text{fev } 10\text{-jan } 11) \times 100 - 100$ .

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share:  $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \pm 100$ .

## Importações de Mercadorias

Em janeiro de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 3,8% (Quadro 3.6).

No mês em análise, as importações de produtos “Energéticos” (+8,3 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

O comportamento negativo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” e “Agroalimentares” justificaram o menor crescimento das importações em janeiro, na medida em que o seu contributo para o crescimento das importações foi negativo (-2,9 p.p. e -1,1 p.p., respetivamente).

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas, tendo representado 69,3% das importações do passado mês de janeiro.

No primeiro mês de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, 4,7%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 4,4%. As importações provenientes dos países do Alargamento também decresceram (-11,3%). À exceção da Suécia (+0,3 p.p.), todos os países da UE-15 registaram contributos (negativos ou nulos) que justificaram o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 29,8%, em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Angola, do Brasil e da China que representaram, respetivamente, 3,4%, 3% e 2,6% das importações de mercadorias referentes a janeiro de 2012.

**Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		janeiro		12 meses <sup>[1]</sup>		janeiro	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>	<b>4 453</b>	<b>4 622</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>
<b>Grupos de Produtos</b>										
000-Agro-Alimentares	657	609	11,9	13,8	14,8	13,2	8,4	1,2	-7,3	-1,1
100-Energéticos	683	1051	14,1	14,6	15,3	22,7	25,8	3,8	53,9	8,3
200-Químicos	717	783	13,3	15,2	16,1	17,0	5,7	0,9	9,3	1,5
300-Peleis, Mad, Cortiça e Papel	214	200	4,7	4,6	4,8	4,3	0,7	0,0	-6,5	-0,3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	314	305	6,8	6,8	7,1	6,6	0,1	0,0	-3,0	-0,2
500-Minérios e Metais	411	384	9,2	8,5	9,2	8,3	1,5	0,1	-6,6	-0,6
600-Máquinas [4]	699	670	20,5	16,4	15,7	14,5	-8,0	-1,3	-4,1	-0,6
700-Material de Transporte [5]	519	389	13,5	14,1	11,6	8,4	-24,8	-3,4	-25,1	-2,9
800-Prod. Acabados Diversos	238	229	6,0	5,9	5,3	5,0	-11,4	-0,7	-3,7	-0,2
Total sem energéticos	3 770	3 571	85,9	85,4	84,7	77,3	-3,8	-3,2	-5,3	-4,5
<b>Mercados de origem</b>										
<b>Intra UE-27</b>	<b>3 361</b>	<b>3 204</b>	<b>77,0</b>	<b>73,0</b>	<b>75,5</b>	<b>69,3</b>	<b>-3,7</b>	<b>-2,8</b>	<b>-4,7</b>	<b>-3,5</b>
dos quais:										
<b>UE-15</b>	<b>3 230</b>	<b>3 088</b>	<b>75,3</b>	<b>70,5</b>	<b>72,5</b>	<b>66,8</b>	<b>-3,9</b>	<b>-2,8</b>	<b>-4,4</b>	<b>-3,2</b>
Espanha	1475	1404	30,9	31,6	33,1	30,4	0,5	0,2	-4,8	-1,6
Alemanha	561	533	14,3	12,4	12,6	11,5	-11,7	-1,6	-5,1	-0,6
França	323	304	8,5	6,9	7,2	6,6	-5,0	-0,4	-5,6	-0,4
Itália	221	209	5,9	5,3	5,0	4,5	-5,2	-0,3	-5,8	-0,3
Países Baixos	232	211	4,8	4,8	5,2	4,6	-4,0	-0,2	-9,1	-0,5
Reino Unido	155	153	4,1	3,3	3,5	3,3	-11,2	-0,4	-1,2	0,0
Bélgica	117	116	2,8	2,6	2,6	2,5	-7,1	-0,2	-0,7	0,0
Suécia	35	50	0,9	1,0	0,8	1,1	4,9	0,1	43,7	0,3
Irlanda	36	31	0,9	1,0	0,8	0,7	8,7	0,1	-13,8	-0,1
<b>Alargamento</b>	<b>130</b>	<b>116</b>	<b>1,7</b>	<b>2,4</b>	<b>2,9</b>	<b>2,5</b>	<b>2,2</b>	<b>0,1</b>	<b>-11,3</b>	<b>-0,3</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>1 093</b>	<b>1 418</b>	<b>23,0</b>	<b>27,0</b>	<b>24,5</b>	<b>30,7</b>	<b>13,9</b>	<b>3,4</b>	<b>29,8</b>	<b>7,3</b>
dos quais:										
China	118	121	1,4	2,6	2,7	2,6	-5,5	-0,2	2,0	0,1
Nigéria	122	43	1,4	2,7	2,7	0,9	2,5	0,1	-64,4	-1,8
Brasil	63	141	2,2	2,5	1,4	3,0	49,2	0,9	124,6	1,8
EUA	103	59	1,4	1,9	2,3	1,3	24,9	0,4	-42,2	-1,0
Líbia	13	0	0,8	0,0	0,3	0,0	-100,0	-1,2	-100,0	-0,3
Cazaquistão	77	91	0,6	1,5	1,7	2,0	20,9	0,3	17,6	0,3
Angola	137	157	0,1	2,0	3,1	3,4	84,9	1,0	14,6	0,5
No ruela	24	11	1,2	0,7	0,5	0,2	-20,3	-0,2	-52,6	-0,3
Arábia Saudita	64	102	1,0	1,6	1,4	2,2	71,3	0,7	60,9	0,9
Rússia	8	36	1,2	1,0	0,2	0,8	47,2	0,3	338,5	0,6
Índia	35	29	0,4	0,8	0,8	0,6	9,6	0,1	-16,4	-0,1
Suíça	23	32	0,6	0,6	0,5	0,7	1,9	0,0	37,3	0,2
Japão	27	34	1,0	0,6	0,6	0,7	-4,7	0,0	22,7	0,1
OPEP <sup>[6]</sup>	366	491	6,3	8,0	8,2	10,6	21,7	1,5	34,2	2,8
EFTA	48	44	1,9	1,4	1,1	1,0	-10,2	-0,2	-8,1	-0,1
PALOP	139	160	0,2	2,1	3,1	3,5	82,6	1,0	15,0	0,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2012.

[2]  $(\text{fev } 11\text{-jan } 12) / (\text{fev } 10\text{-jan } 11) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share:  $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[4] Não inclui tractores.

[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

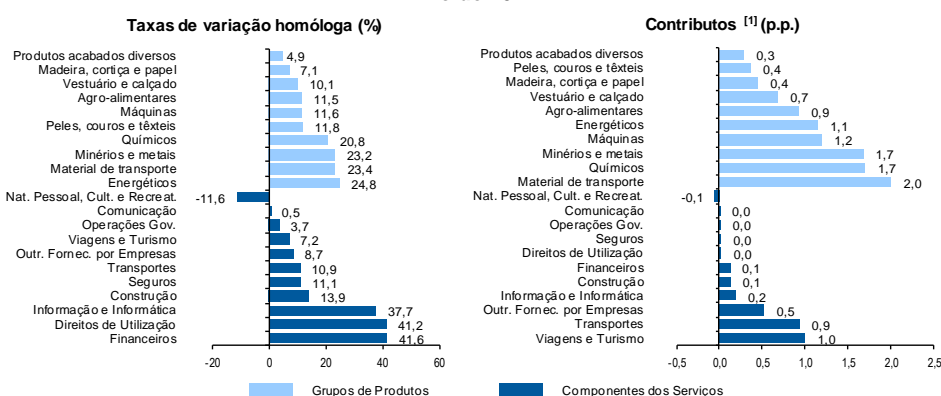
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de dezembro de 2011, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 13,3% em 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das "exportações" totais (10,4 p.p.).

No ano de 2011, a componente dos Serviços representou 32,3% do total das "Exportações" e contribuiu com 2,9 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). No que se refere às Importações (débitos) o seu peso no total foi de 16,5% e o seu contributo muito menos expressivo (+0,8 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no ano de 2011, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

Em 2011 continuou a destacar - se o contributo positivo do Material de Transporte (+2 p.p.). Na componente dos serviços, são de destacar os contributos dos serviços inscritos nas rubricas de Viagens e Turismo e de Transportes (+1 p.p. e + 0,9 p.p., respetivamente).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**  
Ano de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (13,3%).

**Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)**

	janeiro-dezembro		Estrutura (%)		Taxas de variação e contributos		
	2010	2011	Anual		média anual 05-10	12 meses [1]	
			2005	2010		VH [2]	contrib. p.p. [3]
<b>CRÉDITO (Exportações)</b>							
<b>Bens e Serviços</b>	<b>54 467</b>	<b>61 727</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4,7</b>	<b>13,3</b>	<b>13,3</b>
<b>Bens</b>	<b>36 889</b>	<b>42 570</b>	<b>71,8</b>	<b>67,7</b>	<b>3,4</b>	<b>15,4</b>	<b>10,4</b>
<b>Serviços</b>	<b>17 578</b>	<b>19 157</b>	<b>28,2</b>	<b>32,3</b>	<b>7,5</b>	<b>9,0</b>	<b>2,9</b>
Transportes	4 677	5 184	5,9	8,6	12,9	10,9	0,9
Viagens e Turismo	7 601	8 146	14,3	14,0	4,2	7,2	1,0
Comunicação	470	472	1,0	0,9	1,6	0,5	0,0
Construção	501	571	0,7	0,9	11,3	13,9	0,1
Seguros	96	107	0,2	0,2	3,6	11,1	0,0
Financeiros	159	225	0,4	0,3	-0,3	41,6	0,1
Informação e Informática	274	377	0,3	0,5	17,9	37,7	0,2
Direitos de Utilização	31	44	0,1	0,1	-3,7	41,2	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	3 300	3 586	4,8	6,1	9,9	8,7	0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	271	240	0,4	0,5	10,5	-11,6	-0,1
Operações Governamentais	198	206	0,3	0,4	8,4	3,7	0,0
<b>DÉBITO (Importações Fob)</b>							
<b>Bens e Serviços</b>	<b>65 950</b>	<b>67 173</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>2,7</b>	<b>1,9</b>	<b>1,9</b>
<b>Bens</b>	<b>55 084</b>	<b>55 760</b>	<b>85,6</b>	<b>83,5</b>	<b>2,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,0</b>
<b>Serviços</b>	<b>10 866</b>	<b>11 413</b>	<b>14,4</b>	<b>16,5</b>	<b>5,5</b>	<b>5,0</b>	<b>0,8</b>
Transportes	3 216	3 351	4,5	4,9	4,2	4,2	0,2
Viagens e Turismo	2 953	2 974	4,3	4,5	3,8	0,7	0,0
Comunicação	436	420	0,5	0,7	6,8	-3,6	0,0
Construção	94	117	0,2	0,1	1,5	23,9	0,0
Seguros	237	223	0,3	0,4	7,0	-5,6	0,0
Financeiros	241	524	0,3	0,4	5,7	117,6	0,4
Informação e Informática	369	440	0,3	0,6	13,3	19,4	0,1
Direitos de Utilização	42	387	0,5	0,6	8,6	-6,1	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 301	2 407	2,8	3,5	7,3	4,6	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	489	479	0,5	0,7	12,2	-2,0	0,0
Operações Governamentais	120	91	0,2	0,2	-2,0	-23,8	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até dezembro de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p><i>Reunião Conselho ECOFIN</i></p> <p><i>13 de março de 2012</i></p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 13 de março de 2012 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Relatório relativo ao Mecanismo de Alerta:</b> Na sequência da entrada em vigor do <i>Six-Pack</i> referente ao reforço da coordenação das políticas económicas, o Conselho adotou conclusões, com base no relatório apresentado pela Comissão Europeia, relativas aos resultados da aplicação do <i>Scoreboard</i> de indicadores para deteção de desequilíbrios macroeconómicos. Nesse relatório, a Comissão identificou doze estados-membros onde existem ou pode vir a existir riscos de tais desequilíbrios: Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Itália, Reino Unido e Suécia. Os países identificados serão sujeitos a análises mais aprofundadas, no sentido de se conhecerem as origens e as tendências desses desequilíbrios macroeconómicos. Portugal, juntamente com Irlanda, Grécia e Roménia, não está sujeito a este procedimento, uma vez que se encontra em supervisão reforçada devido ao seu programa de assistência financeira, onde a correção dos desequilíbrios macroeconómicos é também considerada.</li> <li>▪ <b>Procedimento de Défice Excessivo relativo à Hungria:</b> Na sequência da adoção pelo Conselho, em janeiro passado, de uma decisão estabelecendo que a Hungria não tomou as medidas adequadas para cumprir com a recomendação do Conselho, de julho de 2009, para reduzir o seu défice orçamental abaixo do valor de referência de 3% do PIB, o Conselho adotou, nesta reunião, uma nova Recomendação, ao abrigo do artigo 126 (7) do TFUE, instando a Hungria a por fim à situação de défice excessivo de forma sustentável e até ao final de 2012. A referida recomendação insta ainda as autoridades húngaras a implementarem medidas adicionais com carácter estrutural, de forma a cumprir uma meta do défice prevista para 2013, garantirem uma trajetória sustentável para a dívida pública e reforçarem o seu enquadramento orçamental nacional.</li> </ul> <p>Ainda no âmbito deste procedimento, o Conselho aprovou a suspensão de parte dos compromissos (29%) do Fundo de Coesão destinados à Hungria em 2013. Esta suspensão ascende a compromissos na ordem dos 495,2 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 0,5% do PIB nominal.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <b>Grécia:</b> O Conselho adotou uma decisão ajustando as medidas de consolidação orçamental a implementar por este estado-membro, no âmbito do procedimento por défice excessivo, no seguimento do acordo alcançado entre as autoridades gregas e a <i>Troika</i>. Esta decisão permite a libertação dos fundos associados ao segundo programa de assistência financeira à Grécia.</li> </ul>
<p><i>Tribunais especializados: Propriedade Intelectual e Concorrência, Regulação e Supervisão</i></p>	<p>O Conselho de Ministros criou dois novos tribunais, de âmbito nacional, com competência especializada para tratamento das questões da propriedade intelectual (que fica situado em Lisboa) e da concorrência, regulação e supervisão (situado em Santarém).</p> <p>Esta resolução visa criar condições para a segurança jurídica, a confiança e a captação de investimento interno e externo. A melhoria da qualidade do serviço</p>

Iniciativa	Sumário
<i>Conselho de Ministros de 1 de março</i>	público de Justiça, promovendo a especialização e o descongestionamento dos tribunais, de forma a assegurar o aumento da celeridade da decisão judicial, é um fator de promoção do desenvolvimento económico.
<i>Novo regime jurídico das parcerias público-privadas</i>	O Conselho de Ministros deliberou rever o regime jurídico aplicável à intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, lançamento, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas (PPP).
<i>Conselho de Ministros de 22 de março</i>	<p>O novo regime jurídico das PPP passa a exigir a elaboração de uma matriz de partilha de riscos e análises de custo-benefício, de comportabilidade orçamental e de sensibilidade.</p> <p>Estas exigências visam a verificação da sustentabilidade de cada parceria face a variações de procura e a alterações macroeconómicas, bem como tornar mais transparente o desenvolvimento dos respetivos projetos pela publicitação obrigatória de vários documentos.</p> <p>É criada uma Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos, que assume responsabilidades no âmbito da preparação, desenvolvimento, execução e acompanhamento global dos processos de PPP, a funcionar na dependência do ministério das finanças.</p>

## 2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Altera modelos de estampilha fiscal</i> <i>Portaria nº.52/2012. D.R. nº.45, Série I de 2012-03-02</i>	Altera os modelos de estampilha especial para a selagem das bebidas espirituosas, constantes do anexo I da Portaria nº.1631/2007 de 31 de dezembro.
<i>Quarta alteração Portaria nº.1295/2007</i> <i>Portaria nº 53/2012. D.R. nº.46, Série I de 2012-03-02</i>	Quarta alteração à Portaria nº.1295/2007, de 1 de outubro, que aprova o novo modelos e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufaturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional.
<i>Autorização Saldos Transitados</i> <i>Despacho nº.3364/2012. D.R. nº.48, Série II de 2012-03-07</i>	Autoriza a utilização de saldos transitados pelos serviços e organismos que não tenham pagamentos em atraso.
<i>Lista de aposentados e reformados</i> <i>Aviso nº. 3577/2012. D.R. nº.48, Série II de 2012-03-07</i>	Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de abril de 2012.
<i>Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego</i> <i>Resolução do Conselho de Ministros nº.º 20/2012. D.R. nº.º 50, Série I de 2012-03-09</i>	Aprova o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, com o objetivo de acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desempregados de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas ativas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento dos Centros de Emprego.
<i>Plano de redução de trabalhadores na administração central do Estado - reporte</i> <i>Resolução do Conselho de Ministros nº.º 22/2012. D.R. nº.º 50, Série I de 2012-03-09</i>	Aprova um conjunto de obrigações de reporte de informação para efeitos de determinação do plano de redução de trabalhadores na administração central do Estado e de acompanhamento e controlo da respetiva execução.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Profissões regulamentadas</i></p> <p>Portaria n.º 55/2012. D.R. n.º 50, Série I de 2012-03-09</p>	<p>Especifica as profissões regulamentadas abrangidas na área de emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.</p>
<p><i>Mapas da lei do Orçamento</i></p> <p>Declaração n.º 55/2012. D.R. n.º 50, Série II de 2012-03-09</p>	<p>Mapas da lei com Orçamento corrigido do 4.º trimestre de 2011.</p>
<p><i>Lista de bens imóveis do domínio privado do Estado Português</i></p> <p>Aviso n.º.3776/2012. D.R. n.º.51, Série II de 2012-03-12</p>	<p>Lista de bens imóveis do domínio privado do Estado Português.</p>
<p><i>Taxa de juros</i></p> <p>Aviso n.º.3777/2012. D.R. n.º.51, Série II de 2012-03-12</p>	<p>Taxa de juros para o mês de março-2012, já multiplicada pelo fator 0,96 é de 2,78368%.</p>
<p><i>Taxa de juros</i></p> <p>Aviso n.º.3778/2012. D.R. n.º.51, Série II de 2012-03-12</p>	<p>Taxa de juros para o mês de março-2012 é de 2,89967% a qual multiplicada pelo fator 1,10% é de 3,18964%.</p>
<p><i>Requerimentos de pagamentos de créditos</i></p> <p>Édito n.º.123/2012. D.R. n.º.52, Série II de 2012-03-13</p>	<p>Anuncia requerimentos de pagamentos de créditos por falecimento de beneficiários.</p>
<p><i>Gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14</p>	<p>Cria a estrutura de gestão dos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 em Portugal e aprova as respetivas regras de operacionalização.</p>
<p><i>Contratos de concessão de benefícios fiscais</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14</p>	<p>Aprova as minutas dos contratos de concessão de benefícios fiscais e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e as sociedades Simoldes Aços, Lda., SINFIC - Sistemas de Informação Industriais e Consultoria, S. A., e Mota-Engil - Engenharia e Construção, S. A.</p>
<p><i>Contratos de investimento</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14</p>	<p>Aprova as minutas dos contratos fiscais de investimento, dos contratos de investimento e dos contratos de concessão de benefícios fiscais, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades.</p>
<p><i>Contratos de investimento</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14</p>	<p>Aprova as minutas de aditamento aos contratos de investimento celebrados entre o Estado Português e as sociedades VMPS - Águas e Turismo, S. A., e EPEDAL.</p>
<p><i>Resolução de contratos de investimento</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14</p>	<p>Declara a resolução de contratos de investimento celebrados entre o Estado Português e diversas sociedades.</p>
<p><i>Contratos de investimento</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2012. D.R. n.º 53, Série I de 2012-03-14</p>	<p>Declara a resolução de um contrato de investimento e de dois contratos de concessão de benefícios fiscais, e aprova a minuta de aditamento a um contrato de investimento a celebrar entre o Estado Português e a Nanium, S. A.</p>
<p><i>Biblioteca científica online – b-on</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2012. D.R. n.º 54, Série I de 2012-03-15</p>	<p>Autoriza a realização da despesa para o ano de 2012 inerente à execução dos contratos celebrados com diversos editores, relativos à aquisição de conteúdos a serem disponibilizados via b-on.</p>
<p><i>QREN – novas regras</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012. D.R. n.º 54, Série I de 2012-03-15</p>	<p>Determina a rescisão dos contratos de financiamento e das decisões relativas à aprovação de operações no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional, que estejam há mais de seis meses sem execução física e financeira.</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Institutos públicos de regime especial Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2012. D.R. n.º 54, Série I de 2012-03-15	Aprova a classificação dos institutos públicos de regime especial, para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos membros dos conselhos diretivos.
<i>Diplomacia económica - coordenação estratégica</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2012. D.R. n.º 55, Série I de 2012-03-16	Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011, de 25 de outubro, que estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia.
<i>Conceção a título excecional</i> Portaria n.º 60/2012. D.R. n.º 56, Série I de 2012-03-19	Concede a título excecional, um período especial de registo de espécimes de espécies abrangidas pelo âmbito de aplicação das Portarias n.ºs 1226/2009 de 12 de outubro, e 7/2010, de 5 de janeiro, e procede à primeira alteração à Portaria n.º 1226/2009, de 12 de outubro.
<i>Alteração de extensão de encargos</i> Portaria n.º 156/2012. D.R. n.º 56, Série II de 2012-03-19	Alteração de extensão de encargos decorrentes da contratação de serviços móveis terrestres através de procedimento ao abrigo do Acordo Quadro n.º 1 da ANCP.
<i>Alteração Regulamento Sistema integrado</i> Portaria n.º 61/2012. D.R. n.º 57, Série I de 2012-03-20	Primeira alteração ao Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedade Climáticas (SIPAC), aprovado pela Portaria n.º 31 8/2012, de 30 de setembro.
<i>Tribunal da propriedade intelectual e do tribunal da concorrência, regulação e supervisão</i> Decreto-Lei n.º 67/2012. D.R. n.º 57, Série I de 2012-03-20	Procede à instituição do tribunal da propriedade intelectual e do tribunal da concorrência, regulação e supervisão, tribunais com competência territorial de âmbito nacional para o tratamento das questões relativas à propriedade intelectual e à concorrência, regulação e supervisão.
<i>Contrato de investimento</i> Despacho n.º 4054/2012. D.R. n.º 57, Série II de 2012-03-20	Aprova a minuta do aditamento ao contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar pelo Estado português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a CUF - Companhia União Fabril, SGPS, S. A., e a CUF - Químicos Industriais, S. A.
<i>Primeira alteração Portaria n.º 121/2012</i> Portaria n.º 77/2012. D.R. n.º 61, Série I de 2012-03-26	Primeira alteração à Portaria n.º 121/2011, de 30 de março, que regulamenta e estabelece as condições de aplicação da contribuição por setor bancário.
<i>Tarifas reguladas de venda de gás natural</i> Decreto-Lei n.º 74/2012. D.R. n.º 61, Série I de 2012-03-26	Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de gás natural a clientes finais com consumos anuais inferiores ou iguais a 10 000 m <sup>3</sup> e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis.
<i>Tarifas reguladas de venda de eletricidade</i> Decreto-Lei n.º 75/2012. D.R. n.º 61, Série I de 2012-03-26	Estabelece o regime de extinção das tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais com consumos em baixa tensão normal (BTN) e adota mecanismos de salvaguarda dos clientes finais economicamente vulneráveis.
<i>Equipa para os Assuntos do Território</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2012. D.R. n.º 62, Série I de 2012-03-27	Cria a Equipa para os Assuntos do Território.
<i>Estrutura orgânica SG PCM</i> Portaria n.º 79/2012. D.R. n.º 62, Série I de 2012-03-27	Fixa a estrutura orgânica da Secretária-geral da Presidência do Conselho de Ministro.
<i>Segunda alteração à Portaria n.º 1219-A/2008</i> Portaria n.º 80/2012. D.R. n.º 62, Série I de 2012-03-27	Segunda alteração à Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de outubro, que regulamenta a concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do sistema financeiro.
<i>Procedimento aquisição centralizada</i> Portaria n.º 172/2012. D.R. n.º 62, Série II de 2012-03-27	Procedimento para aquisição centralizada de eletricidade para 10 serviços do Ministério das Finanças.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Estabelece as profissões no âmbito da prestação de serviços financeiros</i></p> <p><i>Portaria nº.81/2012. D.R. nº.64, Série I de-2012-03-29</i></p>	<p>Estabelece as profissões no âmbito da prestação de serviços financeiros cujo reconhecimento de qualificações profissionais é regulado e designa a autoridade competente para proceder ao referido reconhecimento.</p>
<p><i>Quarta alteração Portaria nº.419-A/2009</i></p> <p><i>Portaria nº.82/2012. D.R. nº.64, Série I de 2012-03-29</i></p>	<p>Quarta alteração à Portaria nº.419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades.</p>
<p><i>SIFIDE II - Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial II</i></p> <p><i>Despacho n.º 4488/2012. D.R. n.º 64, Série II de 2012-03-29</i></p>	<p>Constituição da Comissão Certificadora no âmbito do SIFIDE II.</p>
<p><i>Projeto de investimento de interesse estratégico</i></p> <p><i>Despacho n.º 4489/2012. D.R. n.º 64, Série II de 2012-03-29</i></p>	<p>Declara-se o interesse estratégico do projeto de investimento da Bosch Car Multimédia, S. A.</p>



## **Abreviaturas Utilizadas**



